



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública

Assessoria de Gestão com Municípios e Supervisão do Termo de Parceria

Relatório de Monitoramento 15º PA - SEJUSP/AGM

Belo Horizonte, 20 de outubro de 2022.

CONTRATO DE GESTÃO Nº 02/2019 (VI TERMO ADITIVO) CELEBRADO ENTRE A SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA E A ORGANIZAÇÃO SOCIAL INSTITUTO ELO

15º RELATÓRIO DE MONITORAMENTO

PERÍODO AVALIATÓRIO: 01 DE JULHO A 30 DE SETEMBRO DE 2022

1 – INTRODUÇÃO

Este Relatório de Monitoramento (RM) visa demonstrar o desenvolvimento das atividades previstas no Contrato de Gestão (CG) nº 02/2019, no período de 01/07/2022 a 30/09/2022 (15º Período Avaliatório – PA), com o objetivo de avaliar os resultados apresentados pelo Instituto Elo por meio do Relatório Gerencial de Resultados (RGR) e do Relatório Gerencial Financeiro (RGF).

Em atendimento ao artigo 71 da Lei Estadual nº 23.081/18 e ao artigo 52 do Decreto Estadual nº 47.553/18, será apresentado neste relatório o comparativo entre as metas propostas e os resultados alcançados, acompanhado de informações relevantes acerca da execução, de justificativas para os resultados não alcançados e de propostas de ação para superação dos problemas enfrentados na condução das atividades. Além das informações supracitadas, será apresentada a demonstração das receitas e despesas executadas no período avaliatório, bem como sua análise.

Para a elaboração deste relatório, frisa-se que a Comissão de Monitoramento contou com as contribuições dos servidores da Subsecretaria de Prevenção à Criminalidade (SUPEC), que possuem informações qualificadas sobre a execução dos programas que compõem a Política Estadual de Prevenção à Criminalidade, objeto do CG nº 02/2019.

2 – COMPARATIVO ENTRE AS METAS PREVISTAS E REALIZADAS

Inicialmente, cabe pontuar que foram identificadas pela equipe da Assessoria de Gestão da Informação (AGI) da SUPEC correções a serem realizadas nos dados informados no RGR. Tais retificações foram realizadas ao longo do relatório. Destaca-se, ainda, que a AGI está em constante contato com a equipe de Monitoramento do Instituto Elo, para validação e checagem dos dados apresentados no âmbito do Contrato de Gestão.

Especificamente no **QUADRO 1 – COMPARATIVO ENTRE AS METAS PREVISTAS E REALIZADAS**, foram necessárias retificações nos resultados apresentados para os seguintes indicadores:

Área Temática 1 – Programa Mediação de Conflitos

- Indicador 1.1 - Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa Mediação de Conflitos, cujo resultado retificado é 36.909.
- Indicador 1.2 – Média mensal de pessoas atendidas pelo Programa Mediação de Conflitos, cujo resultado retificado é 1.906.

Área Temática 5 – Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional

- Indicador 5.1 – Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa PRESP, cujo resultado retificado é 16.841.
- Indicador 5.3 – Número acumulado de atividades de mobilização da rede para fins de inclusão social de egressos do sistema prisional, cujo resultado retificado é 1.618.

Ademais, foi retirado o Produto 3.2 – Cursos de qualificação profissional para o público do PrEsp do QUADRO 1, uma vez que não há indicador pactuado para o produto no Programa de Trabalho previsto pelo IV Termo de Alteração Simples do CG nº 02/2019, assinado em 29/04/2022. O referido produto será tratado no Item 3 deste relatório – Detalhamento da realização dos produtos.

QUADRO 1 – COMPARATIVO ENTRE AS METAS PREVISTAS E REALIZADAS

Área Temática	Indicador	Peso (%)	Metas	Resultados
			15º Período Avaliatório Jul/22 a Set/22	
1 Programa Mediação de Conflitos	1.1 Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa Mediação de Conflitos	5	26.225	36.909*
	1.2 Média mensal de pessoas atendidas pelo Programa Mediação de Conflitos	5	1.520	1.906*

		1.3	Número acumulado de ações do Programa Mediação de Conflitos junto às redes de proteção social	4	9.130	9.597
2	Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	2.1	Média mensal de encontros de oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	4	2.808	2.485
		2.2	Média mensal de jovens participantes nas oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	5	8.073	5.468
		2.3	Número acumulado de atendimentos realizados pelo do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	5	52.344	50.689
		2.4	Número acumulado de ações de Intervenção Estratégica realizadas através do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	4	314	445
3	Programa Se Liga	3.1	Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa Se Liga	5	630	1.175
		3.2	Número acumulado de ações estratégicas com a rede de proteção social	5	150	932
		3.3	Número acumulado de ações estratégicas junto às Unidades Socioeducativas	4	540	1.057
4	Programa Central de Acompanhamento de Alternativas Penais	4.1	Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa CEAPA	5	42.060	43.891
		4.2	Percentual de alternativas penais cumpridas no período avaliatório conforme determinação judicial	5	74%	77,1%
		4.3	Número acumulado de ações do Programa CEAPA junto às redes de apoio	4	3.075	2.982
5	Programa de Inclusão Social dos Egressos do Sistema Prisional	5.1	Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa PRESP	5	17.388	16.841*
		5.2	Percentual de adesão dos egressos atendidos ao PRESP por período avaliatório	5	78%	83,2%
		5.3	Número acumulado de atividades de mobilização da rede para fins de inclusão social de egressos do Sistema Prisional	4	1.206	1.618*
6	Programa de Prevenção e Enfrentamento à Violência Contra Mulher	6.1	Número acumulado de Grupos de Responsabilização de Homens Autores de Violência Contra a Mulher	2	99	1
		6.2	Número acumulado de atendimentos a mulheres vítimas de violência doméstica e homens autores de violência doméstica	3	870	173
		6.3	Número acumulado de ações do Programa de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar junto às redes de proteção social	3	165	128
7	Programa Selo Prevenção Minas	7.1	Número acumulado de ações de articulação de rede do Programa Selo Prevenção Minas	4	900	896
8	Desenvolvimento e Capacitação dos Profissionais da Política de Prevenção Social à Criminalidade	8.1	Número de participações em capacitações e supervisões para desenvolvimento e aprimoramento dos profissionais que atuam na Política de Prevenção à Criminalidade	1	3.600	5.163
		8.2	Tempo médio de dias para recomposição de vagas em aberto	1	15	9,5
9	Relatórios das Ações dos Programas de Prevenção à Criminalidade	9.1	Número de Relatórios Analíticos das UPC's de Base Local	4	56	62
		9.2	Número de relatórios de gestão dos Programas	4	9	9
10	Gestão da Parceria	10.1	Percentual de conformidade dos processos analisados na checagem amostral periódica	1	100%	100%
		10.2	Efetividade do monitoramento do Contrato de Gestão	1	100%	-

2.1 – Detalhamento dos resultados alcançados:

Área Temática 1: Programa Mediação de Conflitos

Indicador 1.1: Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa Mediação de Conflitos		
Meta	Resultado	Desempenho
26.225	36.909*	140,74%

Indicador 1.2: Média mensal de pessoas atendidas pelo Programa Mediação de Conflitos		
Meta	Resultado	Desempenho
1.520	1.906*	125,39%

Indicador 1.3: Número acumulado de ações do Programa Mediação de Conflitos junto às redes de proteção social		
Meta	Resultado	Desempenho
9.130	9.597	105,11%

No que se refere aos resultados mensurados pelos indicadores do Programa Mediação de Conflitos – PMC para o período avaliatório, conforme já mencionado inicialmente, foram identificadas retificações necessárias pela equipe da AGI/SUPEC. Adicionalmente, foram realizadas correções nas tabelas apresentadas no RGR:

Tabela 1 – Distribuição do número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa Mediação de Conflitos por UPC:

- Justinópolis mês de setembro = 531. Total = 1.632.
- Total mês de junho = 4.776.
- Total geral = 36.909.

Tabela 2 – Distribuição da média mensal por UPC

- Vila Pinho mês de setembro = 91.
- Santos Reis mês de setembro = 259.
- Turmalina mês de agosto = 99
- Total mês de agosto = 1983
- Total geral = 1906

O alcance e superação das metas previstas traduzem um esforço coletivo para a construção de ações e intervenções assertivas e alinhadas ao objetivo geral da política. A Diretoria de Prevenção Comunitária e Proteção à Mulher - DPM percebe que, frente ao planejamento deste ano, as propostas e ações estabelecidas têm sido desenvolvidas pelas equipes técnicas e outros atores de forma qualificada e alinhada às expectativas.

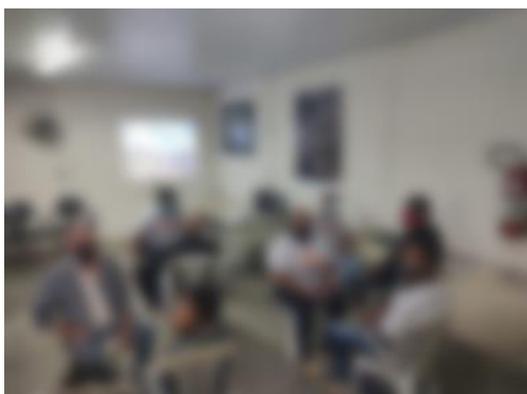
A diretoria corrobora as análises apresentadas pela OS em relação aos fatores que mais impactaram os indicadores no período, especialmente em relação aos projetos e ações coletivas, acrescentando os pontos a seguir discutidos.

O Curso “Segurança Cidadã e Mediação Comunitária para enfrentamento às violências”, visando a formação de Agentes Comunitários de Cidadania – cujos detalhes da mobilização e início foram abordados no último Relatório de Monitoramento – foi efetivamente realizado neste período avaliatório, considerando os encontros/aulas previstos no cronograma de cada equipe.

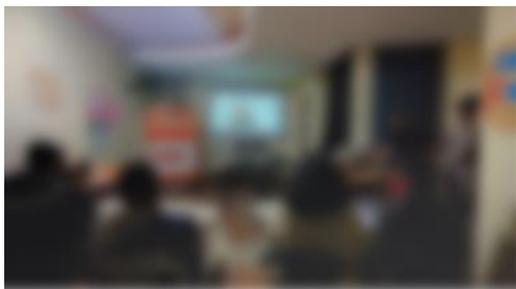
Importante mencionar que a DPM e a Supervisão Metodológica mobilizaram-se para acompanhar *in loco* a realização de pelo menos um encontro em cada equipe, buscando maior proximidade desta ação, que já demonstra impactos significativos para a relação das equipes técnicas com referências e lideranças comunitárias. Foi notável a interação e interlocução estabelecida, além do cuidado com que as equipes acolheram, prepararam e conduziram esses momentos. Como mencionado pela OS, as atividades complementares também refletem as discussões ao longo dos encontros e abrem possibilidades para outros desdobramentos.



PMC Justinópolis (Ribeirão das Neves)



PMC Vila Cemig (BH)



PMC Serra (BH)

Este Projeto mostra-se uma estratégia permanente de formação cidadã no campo da segurança pública, mas também como um espaço potente para o fortalecimento do capital social nos territórios.

O Projeto ComAgente, por sua vez, completou, no último dia 05/09/22, um ano de seu lançamento e início das atividades práticas. A DPM destaca ser perceptível o seu avanço e aperfeiçoamento, tanto metodológicos quanto da condução administrativa – tendo em vista o caráter inovador. Conforme destacado no período avaliatório anterior, foi desafiador executar um cronograma para mobilização e implantação das 26 oficinas a partir de um novo edital, tendo em vista a importância de um fluxo de continuidade do projeto. Ainda que considerando a possibilidade e ocorrência de diversos entraves, destaca-se o empenho coletivo para cumprimento deste cronograma, o que possibilitou a implantação da maioria das oficinas previstas.

Vale mencionar, ainda, o reconhecimento da DPM à condução da OS, em especial no que toca aos aspectos administrativos do Projeto ComAgente, ao proporcionar capacitação específica para as equipes técnicas e técnicos administrativos, além de melhorias nos fluxos e procedimentos. Reforça-se a importância dessa organização e aperfeiçoamento para que haja maior investimento da equipe na condução metodológica do projeto.

Ademais, os Projetos de Prevenção, além de contemplarem práticas que são desdobramentos tanto do Curso quanto do Projeto ComAgente, também envolvem atividades junto às escolas, como consequência ainda do Projeto “É na base! PMC e Escolas de MG no Enfrentamento à violência contra a mulher”. A aproximação das escolas proporcionada pelo projeto abriu espaço para outras intervenções, uma vez que as atividades previstas inicialmente apenas

para o mês de Março, trouxeram ao debate outros conflitos e violências que atravessam o contexto escolar e comunitário. Somam-se a esses Projetos também aqueles desenvolvidos em virtude de datas específicas e que são utilizadas pelas equipes, a partir do fomento da Diretoria, como estratégias para abordagem de temas importantes. Neste PA, como mencionado pela OS, destacaram-se as ações relacionadas ao Agosto Lilás e Setembro Amarelo.



PMC Olavo Costa (Juiz de Fora) - Projeto É na Base - Julho/22



UPC Ribeiro de Abreu (BH) - Desdobramento Projeto É na base! - Agosto/22



UPC Jardim Canaã (Uberlândia) - Projeto de Prevenção Agosto Lilás

Outro elemento que merece destaque é que este período também coincidiu com diversas vedações em virtude do período eleitoral, sendo que a principal delas - a publicidade institucional - costumava impactar sobremaneira algumas ações mais amplas das equipes técnicas. Neste ano, notou-se que apesar do impacto à realização de atividades que proporcionam visibilidade, as equipes técnicas foram inventivas e adotaram novas estratégias de mobilização que atendessem a essa limitação. Isso também demonstrou a consolidação da identidade do PMC nos territórios, sendo este acionado e referenciado independente de uma divulgação mais ampla.

Também complementa este ponto a leitura e intervenção das equipes em contextos de aquecimento da dinâmica criminal e/ou aumento no número de homicídios. As ações anteriormente descritas têm contribuído significativamente para o aperfeiçoamento da leitura da dinâmica pelas equipes do PMC e consequentemente possibilitado a construção de intervenções mais estratégicas em outros níveis. O vínculo e a confiança estabelecidos junto às referências comunitárias nesses espaços têm possibilitado o alcance a microterritórios antes pouco acessados, o que também permite compreender melhor as dinâmicas locais. Com isso, além da violência contra a mulher - pauta recorrente junto ao PMC - tem sido apresentadas outras situações, conflitos e violências, que igualmente requerem atenção e podem ser trabalhadas pelo Programa.

Acompanhando esta tendência, a DPM tem se debruçado na compreensão e aperfeiçoamento dos fluxos de atendimento, registro e leitura de dados no que toca às diversas outras violências. Por meio do espaço da Comissão Metodológica, composta também por analistas sociais, gestores e supervisão metodológica, têm sido discutidas alterações e melhorias que ampliem e fortaleçam a intervenção do PMC junto a outros contextos de violência. Estas deverão ser apresentadas junto ao Planejamento 2023.

Por fim, com o intuito de aperfeiçoar, mas também compartilhar as experiências do Programa, a Comissão de Comunicação, igualmente composta por esses atores, finalizou a construção da “Revista Entremeios: o PMC e o protagonismo comunitário no enfrentamento às violências”. A revista retrata aspectos metodológicos do PMC, a experiência e vivências de diversas referências comunitárias e parceiros do programa. O material gráfico foi produzido no âmbito do Contrato de Gestão e a revista será lançada no próximo PA.

Isso posto, passamos ao destaque de pontos importantes dentro de cada indicador. Assim como reforçado pela OS, os **indicadores 1.1 e 1.2** são diretamente impactados pela execução de projetos, uma vez que estes também são propostos com o objetivo de ampliar o impacto (maior número de atendimentos) e alcance (maior número de pessoas atendidas) do Programa nos territórios. Verifica-se que os atendimentos em projetos também mobilizam demandas individuais, na medida em que propõem também ações de sensibilização e formação para identificação de conflitos e violências. Como mencionado acima, mesmo diante de vedações à divulgação institucional, o desempenho deste indicador também demonstrou o pleno funcionamento do Programa neste período.

Sobre o Projeto ComAgente, é importante pontuar que, com o processo de reformulação, especialmente no que toca a contabilização de encontros/atividades realizadas pelas oficinas, houve então o nivelamento do número de encontros realizados mensalmente: 2 encontros por semana, com duração de 2 horas e meia, ou seja, pelo menos 8 encontros. Isso significa que se aumentaram as possibilidades de encontro da oficina com o público, o que certamente contribuiu para ampliar o impacto das intervenções propostas em cada oficina. Está pendente, considerando o final deste PA (setembro/2022), a implantação de 2 oficinas - sendo 1 na UPC Santos Reis e 1 na UPC PP, devido a entraves específicos.

Vale destacar que os resultados das unidades recém-implantadas foram impactados de forma diferente pelas vedações do período eleitoral à publicidade institucional, tendo tais equipes vivenciado maior desafio nesse sentido. Isso porque, no momento de chegada ao território, diagnóstico e estabelecimento de vínculos, as ações de maior visibilidade podem ser mais efetivas, o que ficou mais restrito nesse período.

As pontuações realizadas para o indicador 1.1 também são válidas para o **indicador 1.2**. Corrobora-se com o que foi mencionado pela OS no que toca ao alcance dos Projetos a novas pessoas, especialmente a partir do Projeto ComAgente e do Curso. No entanto, também se destaca que, embora nas oficinas haja uma tendência de formação/manutenção de um grupo fixo, como mencionado pela OS, não há entraves à ampliação da participação do público-alvo, desde que resguardada a qualidade metodológica de intervenção da oficina. O contrário também é válido, considerando aquelas com público fixo em grande número, sendo um ponto a ser trabalhado ao longo da execução, junto às equipes e oficinas.

Quanto ao **indicador 1.3**, além do que foi exposto pela OS e corroborado, a Diretoria percebe que, no período mais intenso da pandemia e teletrabalho das equipes, a articulação com a rede precisou ser intensificada. Neste ano, essas articulações têm retornado ao parâmetro anterior à pandemia. O investimento das equipes nas práticas de atendimento também pode alterar a organização quanto a esse indicador e é de interesse que o foco seja cada vez mais o público atendido. A DPM tem se atentado desde já para este ponto, de modo a pensar e propor estratégias e ferramentas que contribuam para o fortalecimento desta prática, e ressalta ser importante que a OS também faça este exercício, de modo a construir conjuntamente possibilidades de maior interlocução nos territórios, uma vez que as articulações estabelecidas junto à rede formal e informal nos territórios e municípios interferem diretamente na prevenção e no enfrentamento às violências.

No nível institucional, a DPM estabelece articulações mais amplas, que também repercutem de modo específico nos territórios, por meio da participação em diversos espaços, tais como a Rede Estadual de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher, Rede Metropolitana de Enfrentamento à Mulher. Cita-se como exemplo o mês de agosto, considerado o mês de ações voltadas ao enfrentamento à violência contra a mulher (Agosto Lilás), e partindo de uma leitura de grande incidência desta no território do Taquaril em Belo Horizonte, foi planejada ação pela Rede Estadual contemplando a participação de atores da rede - Defensoria Pública, PVD/PMMG, grupos e coletivos de mulheres moradoras, além da equipe técnica e oficinas do PMC da UPC Taquaril, entre outros.



No início de 2022, foi realizado alinhamento com a Defensoria Pública de Minas Gerais quanto ao pactuado no Termo de Cooperação Técnica 32/2021, celebrado com a SEJUSP. De modo geral, essa interlocução possibilitou melhorias nos fluxos de diálogo nos municípios onde o PMC atua. Também fruto dessa articulação, a DPM foi provocada no mês de agosto a apresentar territórios que poderiam receber o serviço itinerante da DPMG, tendo em vista as demandas apresentadas ao programa. Considerando as dificuldades vivenciadas pelos moradores e sinalizadas pelas equipes técnicas e gestão social das unidades da Regional Barreiro (UPCs Vila Pinho e Vila Cemig), estes territórios foram entendidos como prioritários para esta primeira experiência, onde a população poderá obter orientação para acesso a direitos, e efetivamente ajuizar ações, caso necessário, já que o espaço contará com a presença dos defensores públicos.



Área Temática 2: Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!

Indicador 2.1: Média mensal de encontros de oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!		
Meta	Resultado	Desempenho
2.808	2.485	88,5%

Indicador 2.2: Média mensal de jovens participantes nas oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!		
Meta	Resultado	Desempenho
8.073	5.468	67,73%

Indicador 2.3: Número acumulado de atendimentos realizados pelo do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!		
Meta	Resultado	Desempenho
52.344	50.689	96,84%

Indicador 2.4: Número acumulado de ações de Intervenção estratégica realizadas através do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!		
Meta	Resultado	Desempenho
314	445	141,72%

Acerca do Programa Fica Vivo! neste período avaliatório, a Diretoria de Proteção à Juventude (DPJ) considera importante mencionar sobre a conclusão do projeto Revista Juventudes Minas Gerais, produzida junto ao Programa Se Liga, com previsão de lançamento em dezembro/22. A produção envolveu equipes técnicas, oficineiros e público atendido na elaboração de trabalhos inéditos considerados relevantes para a discussão crítica sobre a letalidade juvenil, a prevenção à criminalidade e dos elementos que perpassam a trajetória infracional de adolescentes e jovens.

Observa-se no período, um número de implantação de oficinas pouco expressivo e relatos das dificuldades dos analistas em encontrar proponentes, sustentar a permanência dos oficineiros atuais e identificar espaços disponíveis no território para a realização de oficinas, elementos estes que impactam os indicadores 2.1, 2.2 e 2.3. Considera-se importante enfatizar, ainda que as metas não tenham sido alcançadas, que todos permanecem trabalhando com disposição e motivação para o desenvolvimento adequado no próximo período.

No tocante à configuração das equipes técnicas, foram realizados desligamentos, remanejamentos, inclusão de novos analistas e a retomada de estagiários em grande parte das UPCs. Mudanças nas equipes, ainda que positivas, implicam em esforços por parte de diversos atores que ofertam o suporte e orientações para a execução do trabalho, haja vista as Capacitações Introdutórias, Encontros de Formação e intensificação das Supervisões Metodológicas. Além disto, as novas equipes se empenham em conhecer o território, a rede de proteção social mista, os parceiros e o público atendido, buscando estabelecer e fortalecer os vínculos para a continuação e efetivação do trabalho mais peculiar do Fica Vivo!.

No que se refere ao **indicador 2.1**, a diretoria coaduna de todos os elementos apresentados pela OS de forma extremamente qualificada no RGR, que refletem o não alcance da meta no atual período avaliatório. Cabe reforçar que, ainda que não tenha sido alcançada a meta pactuada, houve um modesto aumento na implantação de oficinas, bem como a previsão de novas implantações para o próximo período. Como elemento agregador, cabe mencionar as reuniões mensais realizadas pela DPJ com o Departamento de Monitoramento e Gestão de Projetos e as reuniões mensais realizadas em conjunto, DPJ e OS, com a Comissão de Oficineiros (as) do Fica Vivo para a construção de estratégias aos desafios relacionados à manutenção do quadro de oficineiros e reposição de oficinas no final do mês.

Sobre o **indicador 2.2.**, ainda que a meta não tenha sido alcançada, para além dos elementos mencionados pela OS no tocante a algumas UPCs que mais contribuíram para o não alcance, merece destaque o empenho das equipes na realização de Projetos de Prevenção. Os Projetos Locais e de Circulação, realizados em parceria com oficineiros e rede territorial e, portanto, sem recursos específicos, mobilizaram a participação de adolescentes e jovens nos espaços das oficinas, tanto nas etapas preparatórias quanto após sua execução, o que demonstra que, mesmo diante de poucas implantações de oficinas, houve um aumento na média mensal de jovens participantes nas oficinas.

Quanto ao **indicador 2.3**, a diretoria reforça o investimento das equipes na aproximação e vinculação com o público atendido. Estratégias como circulações pelo território, realização de Projetos Locais e Projetos de Circulação com o público, parcerias para a condução de espaços temáticos, divulgação de oportunidades de profissionalização, emprego e renda ou de participações político, culturais e esportivas, por vezes, desdobram em outros atendimentos.

Cabe sinalização aqui da participação da UPC Ressaca na 10ª edição do projeto "A Juventude Okupa a Cidade", realizado pelo Fórum das Juventudes da Grande BH, com um evento cultural no Teatro Espanca e uma Mostra no Museu de Quilombos e Favelas Urbanos (Muquifu); da captação de recursos para a realização da 1ª Copa Fica Vivo Governador Valadares, uma iniciativa da gestão e equipes junto à Vara de Execuções Penais - VEP do município; e da mobilização do público para a participação nas Pré-Conferências Regionais e Conferência Municipal de Juventudes em BH, ações que valorizam a juventude periférica diante a ampliação do acesso à direitos e à cidade.

Por fim, acerca do indicador 2.4, a DPJ considera suficientes os elementos indicados pela OS parceira no tocante ao alcance da meta pactuada. Cabe mencionar que, durante o período avaliatório, a diretoria, por meio da Gerência de Intervenção Estratégica, realizou reunião com a Vara da Infância e Juventude de Juiz de Fora para a apresentação do Programa Fica Vivo! e da Política de Prevenção. Espaços institucionais como este qualificam e favorecem a realização do GIE Vida e refletem na superação da meta estabelecida no indicador.

Conforme indicado no RGR, permanece o desafio de ampliação de reuniões da Gestão das UPCs com o Gepar. Considerando diretrizes de atuação conjunta entre Gepar e UPC, estabelecida na Resolução 160/2013, a implementação das articulações para a realização da reunião mensal ordinária é de competência da Gestão Social. Por este motivo, agenda prioritária, que contribui para a definição de estratégias nas Reuniões Preparatórias e qualifica a participação na Reunião do GIE Vida.

Área Temática 3: Programa Se Liga

Indicador 3.1 Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa Se Liga		
Meta	Resultado	Desempenho
630	1.175	186,5%

Indicador 3.2 Número acumulado de ações estratégicas com a rede de proteção social		
Meta	Resultado	Desempenho
150	932	621,33%

Indicador 3.3 Número acumulado de ações estratégicas junto às Unidades Socioeducativas		
Meta	Resultado	Desempenho
540	1.057	195,74%

Sobre o Programa Se Liga, a DPJ considera importante reforçar sobre a execução do Projeto Circuito Liberdade, que teve alterações propostas no presente período avaliatório. A operacionalização do projeto foi retardada em virtude da pandemia de Covid-19, que ocasionou restrições de acesso do programa às unidades socioeducativas em decorrência das medidas sanitárias vigentes no período. Também foi identificada a necessidade de adaptação ao novo contexto de percentual de ocupação dessas unidades, após o período mais restritivo da pandemia. Com isso, foi apresentado, no mês de setembro, à assessoria do edital de emenda parlamentar estadual "Liberta Minas" referente à Lei Orçamentária Anual de 2021, o "Relatório Parcial de Execução do Circuito Liberdade", bem como a proposta de adequações no projeto inicial. Tais ajustes foram prontamente recepcionados pela equipe responsável e pela coordenação do referido edital.

Assim, retifica-se que foram executadas, até o final deste período avaliatório, 10 atividades das 18 esperadas para a regional do Programa em Belo Horizonte, RMBH e Central Mineira. Espera-se ainda, para este eixo do projeto, a realização de mais 06 atividades para a Regional da Zona da Mata, com previsão de conclusão em dezembro de 2022.

Na análise mais detida sobre ao mencionado “esvaziamento” das atividades do projeto institucional do Programa, é importante reforçar os grandes desafios impostos pela pandemia da Covid-19 que lançaram um nível alto de incerteza sobre as condições sanitárias e a variação dos índices de contaminação entre os municípios mineiros. Nesse contexto, houve necessidade de constante planejamento, monitoramento e readequações das ações num curto espaço de tempo para os programas da Política de Prevenção.

No Programa Se Liga e em especial com o Projeto Circuito Liberdade, o referido cenário impactou no adiamento do cronograma previsto, haja vista os seguintes fatores: i) os espaços de lazer, como cinemas, museus, escolas de formação e qualificação, etc., tiveram suas atividades presenciais suspensas, ii) o quantitativo de público nas Unidades Socioeducativas foi reduzido, iii) as Unidades de Prevenção à Criminalidade tiveram suas atividades presenciais suspensas, iv) o quantitativo de público atendido e acompanhado pelo Se Liga foi drasticamente inferior àquele previsto para o processo de retomada do Programa.

Na perspectiva do impacto expressivo na capilaridade dos atendimentos do Se Liga, decorrente da emergência de saúde pública, agrega-se o contexto das medidas socioeducativas de restrição e privação de liberdade, parceiras essenciais para vinculação do público foco e manutenção do Programa. Com o intuito de salvaguardar a higidez sanitária da comunidade socioeducativa, estabeleceu-se a recomendação por meio da Portaria Conjunta SEJUSP/TJMG/PCMG/MP/DPG de 19/03/2020^[1], da colocação dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de semiliberdade em Regime Diferenciado de Acompanhamento à Distância (RDAD) que consiste no acompanhamento pela equipe técnica de forma remota aos adolescentes autorizados a permanecerem em suas residências, salvo os casos de internos sem referência familiar e/ou ameaçados de morte.

A referida Portaria recomendou, também, que as equipes técnicas das Unidades Socioeducativas de internação procedessem esforços para o ágil encaminhamento de sugestões ao Poder Judiciário para a extinção ou progressão de medida dos acautelados, ocasionando um fenômeno de desligamento massivo e abrupto de adolescentes, rompendo o processo de construção de vínculos dos mesmos com o Programa Se Liga.

Da mesma forma, por força de documento normativo, estas mesmas Unidades tiveram suas condições de funcionamento restritas, seguindo as recomendações gerais dos órgãos de vigilância sanitária. Neste percurso, todas as atividades que envolvessem o contato presencial com acautelados permaneceram suspensas de março de 2020^[2] a fevereiro de 2022^[3], quando só então foi autorizada a retomada dos fluxos, revisão dos cronogramas de ações e os atendimentos ao público nas suas diferentes modalidades. Assim como o Programa Se Liga, as Unidades Socioeducativas tiveram drástica alteração em seus números de atendimentos e de funcionamento do equipamento público, cenário que até o momento sofre impactos e readaptações.

Posto o descrito acima, considerando as adversidades de cenários e a relativa melhora das condições sanitárias, o Projeto Circuito Liberdade, bem como todas as demais ações metodológicas do Programa Se Liga, foi se tornando possível mediante reformulação em seu desenho original. Foi somente no ano de 2022 que a possibilidade de execução do Projeto foi retomada, mas, obviamente, não sem os impactos de um cenário devastado pelas incertezas e perdas decorrentes da pandemia. Com o aporte financeiro incluído no Contrato de Gestão, em março do corrente ano, foi dado início à construção de um novo cronograma, o que exigiu da diretoria responsável pela execução do projeto repensar datas, locais, serviços e articulações com o Sistema Socioeducativo.

No tocante às ações em destaque na introdução do RGR, considerando que público do Programa Se Liga compreende adolescentes e jovens, de 12 a 24 anos, que tenham trajetória de cumprimento de medidas socioeducativas de semiliberdade e internação; considerando que o Programa possui em sua metodologia dois eixos complementares de atuação, sendo o primeiro desenvolvido com o público ainda em cumprimento de medida socioeducativa, enquanto o segundo prevê atividades voltadas, especificamente, com o/a egresso/egressa das mesmas; cabe esclarecer que no item 6 (seis), em razão da Semana Estadual das Juventudes, fomentou-se no mês de agosto, junto aos atendidos e nos espaços existentes do Programa, a reflexão e o debate sobre políticas públicas para as juventudes, a participação dos adolescentes e jovens no processo de decisão política, fortalecimento da cultura da paz, dos direitos humanos e das igualdades fundamentais, não se configurando como excepcionalidade a realização de ações do Programa Se Liga dentro das unidades da região de Belo Horizonte e Zona da Mata, conforme descrito.

Merece ainda manutenção do destaque no tocante à ampliação das equipes com a contratação dos estagiários, medida que mantém o cenário positivo nos resultados quantitativos, fazendo-se inclusive, necessário rever as metas outrora pactuadas. Sobretudo, realça-se a qualificação dos atendimentos ofertados pelas equipes e o fortalecimento da política pública na rede de proteção social dos municípios. Somando-se a isso, reforçam-se também os esforços da DPJ na capacitação dos profissionais e estagiários, realizando durante este período avaliatório, 4 (quatro) “Encontros de Formação” em formato híbrido, contemplando a participação das equipes dos Programas Se Liga e Fica Vivo! de todo o estado e com temáticas de intercessão aos Programas, afetas às juventudes, cidades, rede de proteção social, institucionalidade e violência urbana:

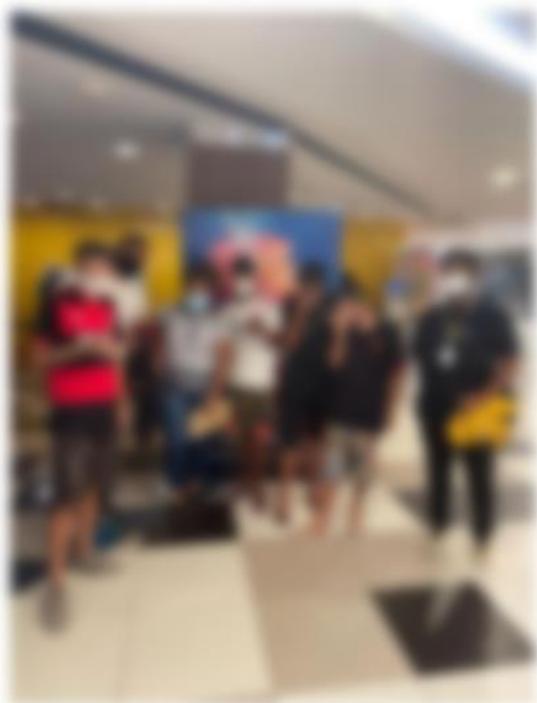


Outro elemento importante diz respeito à ressonância positiva das ações desenvolvidas pelo Programa em âmbito nacional, enquanto referência de política pública voltada para o acompanhamento ao adolescente pós-cumprimento de medida socioeducativa. Neste período avaliatório, foram realizados dois momentos de exposição da prática metodológica desenvolvida em Minas Gerais pela SUPEC, por meio do Programa Se Liga, aos atores do Poder Executivo e

do Sistema de Justiça envolvidos na criação e implementação do Programa de Acompanhamento aos Adolescentes Pós-Cumprimento da Medida Socioeducativa (art. 94, inc. XVIII do ECA), dos estados de Alagoas e Mato Grosso ^[1].

Passando à análise dos indicadores, mais detidamente, no que se refere ao **indicador 3.1**, a DPJ coaduna de todos os elementos apresentados no RGR relativo ao 15º PA e enfatiza a qualificação de dados, se comparadas às análises de RGR anteriores, atinentes ao indicador em questão. Apenas em caráter agregador, espera-se, com a retomada da execução do Projeto Circuito Liberdade, uma amplitude ainda maior de atendimentos realizados por ambas as regionais do Programa, haja vista os resultados alcançados até aqui, sobretudo, à maior vinculação do público ao Programa.

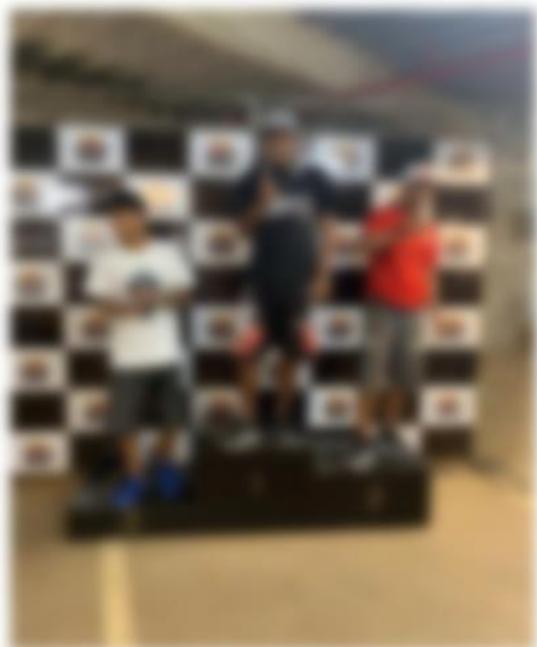
Oportunamente, apresentamos os registros fotográficos de algumas das atividades de circulação, vinculadas ao eixo 1 do referido projeto:



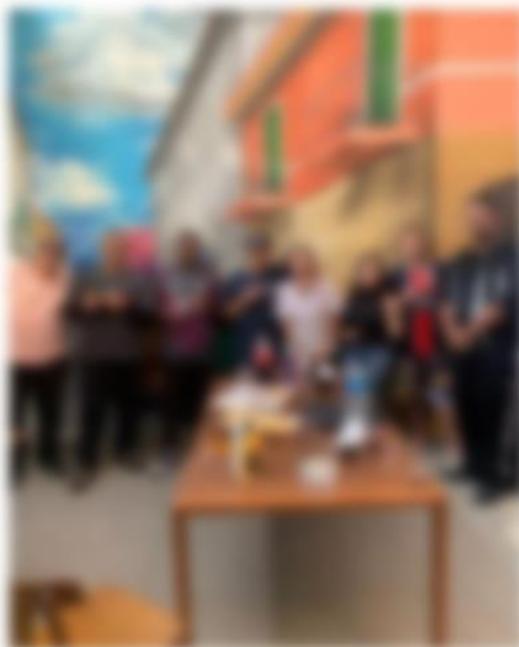
Registro fotográfico realizado com o intuito de divulgar o Programa de Apoio ao Trabalho em Alagoas.



Registro fotográfico realizado com o intuito de divulgar o Programa de Apoio ao Trabalho em Alagoas.



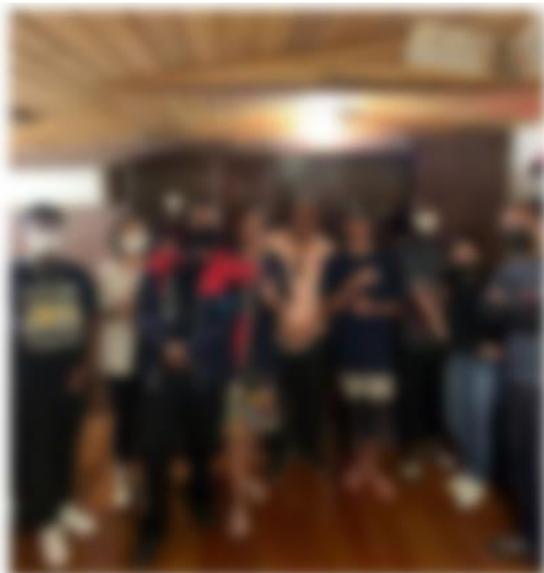
Registro fotográfico realizado com o intuito de divulgar o Programa de Apoio ao Trabalho em Alagoas.



Registro fotográfico realizado com o intuito de divulgar o Programa de Apoio ao Trabalho em Alagoas.



Registro fotográfico realizado pelo monitor Social do Programa Se Liga, no local destinado para esse fim.



Registro fotográfico realizado pelo monitor Social do Programa Se Liga, no local destinado para esse fim.



Registro fotográfico realizado pelo monitor Social do Programa Se Liga, no local destinado para esse fim.



Registro fotográfico realizado pelo monitor Social do Programa Se Liga, no local destinado para esse fim.



Registro fotográfico realizado pelo monitor Social do Programa Se Liga, no local destinado para esse fim.

Especificamente sobre a participação da UPC Zona da Mata no alcance deste indicador, com o objetivo de minimizar os impactos relativos à restrição da circulação dos atendidos pelo Programa no território onde encontra-se implantado, destaca-se o esforço empreendido pela gestão social e equipe técnica na articulação com a rede de proteção social, resultando na concretização do “ponto de atendimento alternativo do Programa Se Liga” localizado na região central do município, em parceria com o Centro de Referência Especializada (CREAS), permitindo assim a realização dos atendimentos aos adolescentes e jovens que se sentiam inseguros em se deslocar até a UPC, conforme indicado pela OS no RGR anterior.

Acerca do **indicador 3.2**, a diretoria considerou suficiente os elementos apresentados pela OS.

Sobre o **indicador 3.3**, conforme sinalizado no RGR em questão, reforça-se que os desafios relativos à parceria com as Unidades Socioeducativas localizadas na Zona da Mata têm sido tratados pela DPJ nas reuniões mensais com a Diretoria de Orientação Socioeducativa da Subsecretaria de Atendimento Socioeducativo - DOS/SUASE, agendas estas que têm permitido o desenvolvimento de estratégias de qualificação da parceria, tanto em âmbito institucional quanto nas ações desenvolvidas por ambas as equipes e enfrentamento dos obstáculos vivenciados.

Área Temática 4: Programa Central de Acompanhamento de Alternativas Penais

Indicador 4.1 Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa CEAPA		
Meta	Resultado	Desempenho
42.060	43.891	104,35%

Indicador 4.2 Percentual de alternativas penais cumpridas conforme determinação judicial		
Meta	Resultado	Desempenho
74%	77,1%	104,19%

Indicador 4.3 Número acumulado de ações do Programa CEAPA junto às redes de apoio		
Meta	Resultado	Desempenho
3.075	2.982	96,97%

Com o objetivo de introduzir as análises destacadas nos indicadores apresentados, reitera-se a atipicidade no formato de execução dos atendimentos individuais e grupais na Unidade de Belo Horizonte que, em dissonância das orientações da Diretoria de Alternativas Penais – DAL, em virtude da limitação do espaço físico, bem como a falta de alinhamento entre equipe técnica e direcionamento metodológico, se mantiveram em formato virtual. Faz-se necessário atualizar que está autorizado o uso do novo espaço para a realização dos grupos presenciais. A gestão social do município construiu uma agenda de grupos que serão executados de forma presencial a partir do mês de outubro.

Por fim, reitera-se que os resultados nulos apresentados para o município de Varginha ainda se mantém pelo fato da unidade ainda não ter sido implantada até o período avaliatório em questão.

No tocante ao município de Araguari, cabe destacar o desempenho nulo para os **indicadores 4.1 e 4.2** tendo em vista que a unidade foi implantada apenas no mês de setembro/22, e ainda não estava atuando com o atendimento ao público e, conseqüentemente, não teriam casos encerrados que impactariam no indicador de percentual de alternativas penais cumpridas. Posto isso, nota-se resultados apenas para o **indicador 4.3** a partir das articulações exclusivamente realizadas pela gestão social voltadas para o diagnóstico de aplicação de alternativas penais no município e para pactuação de fluxo de encaminhamento para o Programa Ceapa.

No **indicador 4.1**, destaca-se o alcance integral da meta estipulada para o período avaliado, no entanto, cabe considerar alguns elementos de análise que impactaram os dados apresentados em determinados municípios.

Em que pese todos os esforços na construção dos orientadores desta DAL junto a gestão social de cada município para impulsionar as portas de entrada da Ceapa e fortalecer o fluxo de encaminhamento das alternativas penais para acompanhamento do Programa, os municípios de **Divinópolis e Vespasiano** ainda apresentam resultados muito aquém daqueles esperados. Reiterando as considerações apontadas em relatórios anteriores, sugere-se que a OS aprimore as análises trazendo elementos que evidenciem as dificuldades na execução dos orientadores, tendo em vista que ambos os municípios apresentam, de forma recorrente, um resultado insatisfatório para esse indicador.

Apesar de todas as orientações acerca da necessidade de fortalecer as portas de entrada do Programa, nota-se a inconsistência nos atendimentos, sobretudo os atendimentos de inscrição, evidenciando um fluxo de entrada fragilizado e pouco estratégico nesses municípios. Essa leitura subsidiará o refinamento das orientações e o realinhamento de estratégias por parte da DAL para que a meta seja atingida.

De modo complementar às análises trazidas pela OS, ressalta-se que os municípios que apresentaram resultados muito superiores para as metas estipuladas são aqueles que desenvolvem a modalidade de Prestação de Serviços à Comunidade - PSC de forma mais expressiva. Destaque para os municípios de **Betim, Montes Claros e Uberaba** que, dentre as modalidades de alternativas penais executadas, o maior percentual observado é na modalidade de PSC, 63%, 78% e 88%, respectivamente, o que evidencia o aumento expressivo no número de atendimento de acompanhamento.

Diante do exposto, corroborando as considerações apresentadas no RGR, cabe destacar a necessidade de alinhamento com as orientações metodológicas da DAL, que elaborou orientadores técnicos de intervenções grupais para esses casos, a fim de qualificar a execução e otimizar o trabalho. Ainda sob essa ótica, é importante questionar se esse número expressivo de atendimentos de acompanhamento para essa modalidade de Alternativa Penal não sugere que a equipe possa estar condicionada a proporcionar nesse espaço apenas um momento de troca da folha de ponto para registro das atividades para o mês corrente.

Nesse mesmo aspecto, cabe destacar o município de **Contagem** que, historicamente, apresenta dados robustos de execução, vem demonstrando resultados inferiores àqueles pactuados. Cabe destacar a instabilidade da composição do quadro de analistas para a execução das frentes do trabalho do Programa e seu impacto nos resultados apresentados, dados que demandam atenção quando se nota que 70% dos casos de PSC acompanhados nesse município aguardam encaminhamento para darem início ao cumprimento da determinação judicial, elemento que demanda intervenção, somado ainda à redução dos números de atendimento de acompanhamento.

Por fim, outro município em que a precariedade na estruturação da equipe impactou de forma considerável o trabalho foi **Uberlândia**. Reiterando as justificativas apresentadas, a partir de um alinhamento entra OS e DAL, a equipe está sendo recomposta e com isso a orientação foi para recuar de determinadas frentes que demandavam maior aprofundamento técnico e priorizasse as portas de entrada do Programa. Espera-se que com a finalização desse processo de transição e capacitação da nova equipe, o município retome de forma plena suas frentes de atuação no próximo período avaliado.

Trazendo um dado geral de Programa, cabe destacar o aumento dos encaminhamentos de casos em cumprimento de Medida Protetiva de Urgência, evidenciando a necessidade de fortalecer o fluxo com os parceiros no enfrentamento à violência contra a mulher e investir na capacitação e acompanhamento das equipes que intervêm com esses homens, sendo esses alguns dos orientadores principais da DAL.

No **indicador 4.2**, nota-se o alcance integral da meta pactuada para o período avaliatório, ressaltando a importância de imprimir qualidade técnica e investir no monitoramento e regularidade do cumprimento da alternativa penal em tempo hábil para atingir resultados satisfatórios junto ao público, tendo em vista que esse indicador tende a demonstrar a efetividade das ações do Programa.

No entanto, ressalta-se a pertinência em destacar as análises para os municípios de **Betim e Ipatinga** que, conforme sinalizado nas justificativas relatadas no RGR, vem apresentando, de forma recorrente, resultados inferiores àqueles pactuados. De forma alinhada com as análises apresentadas pela OS, a DAL reitera a importância de investir na regularização do cumprimento da alternativa penal em tempo hábil, fato que vem sempre sendo evidenciado frequentemente nos relatórios onde são apresentados dados de descumprimento de casos represados de anos anteriores, em sua grande maioria pessoas inscritas em 2019 e 2020 que sequer iniciaram o cumprimento da determinação judicial.

Dito isso, e diante da importância de se considerar o tempo de intervenção nesses casos, **atentando, principalmente, para o município de Ipatinga** que vem demonstrando resultados insatisfatórios ao longo de todo ano, sugere-se que a OS apresente uma análise mais aprimorada no que toca o resultado deste indicador, trazendo o recorte do mês de agosto, tendo em vista que no referido mês o percentual de cumprimento foi de 75%, se considerado o resultado apenas da PSC, esse valor ainda se eleva para 85%. Acredita-se que uma leitura mais qualificada acerca das intervenções e ações executadas no mês pode contribuir para a construção de um plano de ação que traga melhores resultados para o indicador.

Por fim, de forma complementar as justificativas apresentadas pela OS, cabe salientar que os resultados muito acima do pactuado apresentados para o município de **Contagem** foram impactados pelo elevado número de baixas realizadas a partir da orientação técnica emitida pelo CNJ que dispensava o

cumprimento da alternativa penal durante o período de pandemia e considerava o tempo de suspensão no cômputo para o efetivo cumprimento da determinação judicial. As baixas a partir desse critério representaram 63% na modalidade dos Projetos de Execução de Alternativas Penais e 50% na modalidade de PSC.

No indicador 4.3, constata-se que a meta pactuada para o período avaliatório não foi alcançada, contudo, conforme sinalizado no relatório anterior, nota-se um modesto aumento das ações do Programa junto à rede quando comparado ao último período avaliatório.

De acordo com as justificativas apresentadas em períodos antecedentes, reitera-se que o não alcance da meta é reflexo do resultado cumulado dos dados apresentados em períodos anteriores que estava muito aquém do número pactuado.

De forma alinhada com as análises apresentadas pela OS, a DAL considera a atipicidade vivenciada nos municípios de **Betim e Uberlândia** no que toca a estruturação do quadro de equipe e seu impacto no desempenho desse indicador. Ambos os municípios recuaram da frente de trabalho junto à rede de apoio diante da insuficiência de uma organização que priorizasse essas ações, em função da descontinuidade quase que integral das equipes que atuavam nessas unidades.

Noutro giro, sugere-se a OS que apresente as justificativas para os resultados muito acima daqueles pactuados para o município de **Vespasiano**. Embora realize um número elevado de ações junto à rede de apoio, as articulações executadas pela gestão social do município não representam nem um terço do total realizado. Diante da fragilidade na consolidação da porta de entrada do município e após diversos orientadores da DAL para fortalecimento dessa frente, em que pese um número elevado desse indicador, o que se evidencia é a falta de impacto prático dessas ações na consolidação do Programa no município e falta de entrada estratégica em Vespasiano.

Área Temática 5: Programa de Inclusão Social dos Egressos do Sistema Prisional

Indicador 5.1 Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa PrEsp		
Meta	Resultado	Desempenho
17.388	16.841*	96,85%

Indicador 5.2 Percentual de adesão dos egressos atendidos ao PrEsp por período avaliatório		
Meta	Resultado	Desempenho
78%	83,2%	106,66%

Indicador 5.3 Número acumulado de atividades de mobilização da rede para fins de inclusão social de egressos do Sistema Prisional		
Meta	Resultado	Desempenho
1.206	1.618*	134,16%

Considerando o período avaliatório em análise, a Diretoria de Atendimento ao Egresso do Sistema Prisional enfatiza, primeiramente, a conclusão pelo PrEsp de 18 turmas de qualificação profissional realizadas por meio de recurso recebido por meio de Convênio Federal firmado com o Depen Federal/MJSP para ampliação das ações voltadas à inserção de pessoas egressas do sistema prisional no estado de Minas Gerais.

Foram disponibilizados cursos de Salgadeiro, Cabeleireiro, Mecânico de Bike, Pequenos Reparos Hidráulica e Elétrica, Montagem e Manutenção de Celular, Auxiliar de Cozinha e Pizzaiolo. Os cursos foram realizados nos municípios de Belo Horizonte, Betim, Contagem, Ipatinga, Juiz de Fora, Montes Claros, Governador Valadares, Ribeirão das Neves, Santa Luzia, Uberaba e Uberlândia.



Curso de Pequenos Reparos – Ribeirão das Neves



Curso de Cabeleireiro – Belo Horizonte



Curso de Pizzaiolo – Ipatinga



Curso de Mecânico de Bike – Ribeirão das Neves

Tais cursos são de extrema importância para o Programa uma vez que oportunizam para o público a possibilidade de adquirirem novos conhecimentos e se qualificarem para o mercado de trabalho.

Posto isso, passamos à análise dos indicadores do Programa a partir das metas alcançadas no período avaliatório em análise.

Considerando o **indicador 5.1** (número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa PrEsp), a meta prevista não foi alcançada em sua totalidade. Contudo, é reconhecido um avanço o resultado alcançado de 96,85%, tendo em vista os resultados em períodos avaliatórios anteriores. Necessário, entretanto, avaliar mais detidamente os resultados alcançados em alguns municípios específicos:

- **Belo Horizonte:** neste período avaliatório, houve um aumento significativo do número de atendimentos realizados neste município em razão da ampliação das ações coletivas. Houve um aumento do número de grupos realizados, o que ocasionou o aumento do número de atendimentos, conforme demonstra a OS em seu relatório (p.47). Esse aumento é considerado positivo, contudo, importante ressaltar que ele também está diretamente relacionado com o alto número de participantes nos grupos realizados nas unidades prisionais com o público pré-egresso. Nos meses de julho, agosto e setembro foram realizados 202 atendimentos nestas ações, em contraposição a 172 atendimentos realizados em grupos realizados com o público egresso. Necessário, assim, que haja uma ponderação no que toca a essas duas frentes de trabalho considerando que o número de atendimentos realizados em ações coletivas com o público pré-egresso está sobrepondo o número de atendimentos realizados em ações coletivas com o público egresso, que é o foco principal do Programa. Importante, portanto, que também exista um aumento de participantes nas ações coletivas realizadas com o foco no público egresso acompanhado pelo PrEsp, para fins de acompanhamento do público que já se encontra em liberdade, seja ela condicionada ou não;

- **Betim:** embora este município tenha apresentado um número de atendimentos suficiente para a equipe técnica nele atuante, torna-se de extrema importância o acompanhamento mais próximo por parte da OS no sentido de impulsionar frentes de trabalho relevantes para o Programa. Nesse sentido, observa-se pelos dados compilados do Programa que apenas nos meses de julho e agosto foram realizados grupos com o público egressos do sistema prisional e, mesmo assim, com um número pequeno de participantes. O mesmo se diz quanto ao número de ações realizadas com o público pré-egresso nas unidades prisionais. Outrossim, importante também se torna a qualificação dos acompanhamentos realizados por esta equipe em relação ao público inscrito e acompanhado pelo Programa;

- **Contagem:** houve queda no que toca ao número de atendimentos realizados no mês de setembro, justificada pela OS (p.48) pelo desligamento de um profissional do quadro neste período. Necessário, porém, atentar para o fato de que, embora o número de atendimentos realizados tenha aumentado neste município, ainda é pequeno o número de inscrições realizadas e de pessoas que retornam para atendimento, principalmente nos meses em que não se colhe a assinatura. Nesse sentido, é preciso um investimento com a equipe técnica para maior qualificação das frentes de trabalho e aumento do número de atendimentos individuais para acompanhamento do público, pois, este ainda é muito inferior ao número de atendimentos gerados por meio da realização de ações coletivas;

- **Divinópolis:** apesar da meta de atendimento não ter sido alcançada, importante ressaltar o aumento gradativo do número de atendimentos realizados nos meses abarcados por este período avaliatório. Necessário, assim, que seja dada continuidade ao acompanhamento próximo à equipe para manutenção deste crescimento até que seja possível alcançar a meta pactuada, principalmente no que toca a um maior investimento para chegada do público no PrEsp e ao aumento do número de atendimentos individuais realizados pela equipe;

- **Governador Valadares:** apesar de não apresentar um número muito aquém do esperado para o período avaliatório em análise, o quantitativo alcançado de atendimentos realizados está diretamente relacionado ao número de participantes em ações coletivas do Programa. Observa-se, assim, um número baixo de pessoas que compareceram para atendimento e acompanhamento individual no Programa, o que demanda a realização de ações diretas que propiciarão uma maior chegada do público;

- **Ibirité:** observa-se um crescimento gradativo no número de atendimentos realizados em comparação aos períodos avaliatórios anteriores e também no número de pessoas que compareceram ao Programa. Ademais, há um equilíbrio entre o número de atendimentos individuais e coletivos realizados, o que é importante considerando as frentes de trabalho do Programa. Necessário, assim, que seja dada continuidade às ações realizadas impulsionando a chegada de novas pessoas ao Programa para alcance da meta proposta;

- **Sete Lagoas:** considerando os demais municípios de implantação do PrEsp, este é o que vem apresentando melhores resultados no que se refere ao número de atendimentos realizados. Embora esse seja um ponto positivo, importante apenas qualificar e ampliar as formas de chegada do público ao Programa para que os números alcançados não sejam em sua maioria de ações realizadas em unidades prisionais. Esta é uma frente de trabalho importante para o PrEsp, contudo, é preciso que se amplie o número de atendimentos realizados com pessoas egressas pela equipe técnica para fins de um mais acompanhamento qualificado;

- **Uberaba:** o município passou por algumas alterações no quadro de profissionais contratados, o que impacta diretamente no número de atendimentos realizados. Apesar disso, é um município que ainda demanda uma maior qualificação do trabalho realizado e uma maior articulação de rede para aumento da chegada do público para atendimento no Programa, ponto este que deve ser considerado;

- **Vespasiano:** dos novos municípios de implantação do Programa, este é o que demanda mais atenção, ainda apresentando números muito baixos de atendimentos realizados, o que requer uma necessidade maior de articulações de rede para que o público chegue em maior quantidade. Por outro lado, observa-se um aumento no número de novas pessoas inscritas no mês de setembro, o que deve ser impulsionado para que este aumento progrida nos próximos meses. Também se deve qualificar o acompanhamento do público já inscrito, considerando que o retorno para atendimento ainda é baixo também.

Quanto ao **indicador 5.2** (percentual de adesão dos egressos atendidos pelo Programa PrEsp), a meta foi alcançada para além do pactuado, o que nos diz que o público tem retornado ao Programa para atendimento. Faz-se necessária maior atenção, contudo, para os números alcançados em alguns municípios:

- **Contagem:** considerando o mês de setembro, o percentual alcançado pela equipe no que toca a este indicador foi de 66%, abaixo, portanto, do esperado. Justifica a OS que umas das razões para esta baixa foi a necessidade de realização, por parte dos analistas sociais, de articulações de rede (p.50). Importante ressaltar que tal justificativa não se perfaz, considerando que o número de articulações realizadas pelos analistas não se apresentou alto o suficiente para ocasionar esse impacto. A partir dos números produzidos, é possível observar que o que mais trouxe impacto para o não alcance do indicador foi o número de atendimentos de retorno realizados, o que deve ser considerado para fins de realização do trabalho nos próximos meses;

- **Governador Valadares:** o município ainda apresenta um número pequeno de inscrições, o que acaba elevando o percentual de adesão, já que este considera apenas o número de pessoas já inscritas e que retornam para atendimento. Importante, portanto, impulsionar as articulações para aumento das possibilidades de chegada de novas pessoas ao Programa para atendimento o que levará, junto com o aumento do acompanhamento realizado, ao aumento do indicador ora em análise;

- **Juiz de Fora:** conforme indicado no período avaliatório anterior, mais uma vez ressalta-se a necessidade de se pensar também em uma maior chegada de pessoas para inscrição no Programa. Embora tenha havido um pequeno aumento no número de pessoas inscritas, em relação ao período avaliatório passado, a necessidade de aumentar esse número no Programa se perfaz indicando-se, assim, a realização de ações que aumente a chegada de pessoas egressas, o que impactará diretamente neste indicador;

- **Montes Claros e Ribeirão das Neves:** também apresentam a necessidade de aumento do número de inscrições no Programa para equilíbrio deste indicador. Não basta apenas que as pessoas retornem para atendimento no PrEsp, também é preciso que novas pessoas cheguem mensalmente para atendimento para que a meta deste indicador se mantenha nos patamares desejados;

- **Sete Lagoas:** embora o percentual de adesão tenha sido baixo no período avaliatório, houve um pequeno aumento no número de inscrições, o que é considerado positivo. Contudo, é preciso que concomitantemente exista um aumento no acompanhamento do público já inscrito, seja por meio de atendimentos individuais ou coletivos, para que esse indicador seja alcançado em sua plenitude;

- **Vespasiano:** este município apresentou os menores números no que se refere à taxa de adesão do público. Tal resultado pode ser atribuído ao aumento do número de inscritos no Programa neste período avaliatório, contudo, também é preciso se pensar em ações que façam com que o público retorne para atendimento, dificuldade esta presente neste município considerando o baixo número de atendimentos ainda realizados.

Quanto ao **indicador 5.3 (número acumulado de atividades de mobilização da rede para fins de inclusão social de egressos do sistema prisional)**, o resultado também foi bem superior à meta pactuada, alcançando, o patamar de 134,24%, o que se apresenta como uma pequena diminuição considerando o período avaliatório anterior. Apresentamos abaixo algumas considerações a partir da realidade de alguns municípios, aos quais deve-se dar maior atenção:

- **Belo Horizonte:** o número de articulações de rede realizado superou o que era esperado de forma individualizada para o município, diante das novas frentes de trabalho que vêm sendo abertas para chegada do público ao Programa, o que é considerado positivo, já que estas ações têm surtido resultado. O que requer atenção, porém, é o baixo número de ações de articulação realizadas pela Gestão Social desse município no período avaliado. Considerando as ações executadas, nesse viés, apenas 08 (oito) da totalidade das ações de mobilização de rede neste período foram realizadas por este ator, o que requer atenção, já que as demais ficaram a cargo dos Analistas Sociais, o que pode ocasionar impactos no que se refere à capacidade de atendimento destes profissionais;

- **Juiz de Fora:** o mesmo apontado para Belo Horizonte se aplica a este município, que apresentou número significativo de ações de mobilização de rede neste período. Nos meses de agosto e setembro foram realizadas pela Gestão Social apenas 04 (quatro) ações de articulação de rede, ficando as demais a cargo dos Analistas Sociais. Diante da necessidade de impulsionar a chegada de novas pessoas para inscrição no Programa, consideramos importante a participação direta deste ator na realização destas ações para criação de novos fluxos de encaminhamento de modo a aumentar o acesso do público ao PrEsp.

- **Vespasiano:** no período avaliatório anterior os números apresentados por este município ainda eram baixos comparados ao resultado esperado, não tendo alcançado naquele momento a meta pactuada. Neste período avaliatório observou-se um aumento dos números, contudo, no mês de setembro houve uma baixa participação da Gestão Social no que toca à realização de articulações de rede. De 14 (quatorze) ações realizadas nesse sentido, apenas 01 (uma) foi realizada pela Gestão Social. Uma vez observada e aqui já pontuada a necessidade de abertura de novas portas de entrada para o Programa nesse município é de extrema importância que este ator realize articulações para construção de fluxos de encaminhamento do público para o PrEsp, razão pela qual torna-se importante o acompanhamento próximo da OS nesse sentido.

Área Temática 6: Programa de Prevenção e Enfrentamento à Violência Contra Mulher

Indicador 6.1 Número acumulado de Grupos de Responsabilização de Homens Autores de Violência Contra a Mulher		
Meta	Resultado	Desempenho
99	1	1,01%

Indicador 6.2 Número acumulado de atendimentos a mulheres em situação de violência e a homens autores de violências contra a mulher		
Meta	Resultado	Desempenho
870	173	21,63%

Indicador 6.3 Número acumulado de ações do Projeto de prevenção e enfrentamento à violência contra mulheres e responsabilização de homens autores de violência junto às redes de proteção social e ao Sistema de Justiça Criminal		
Meta	Resultado	Desempenho

Meta	Resultado	Desempenho
165	128	77,58%

O Projeto de Prevenção e Enfrentamento à Violência Contra Mulheres e Responsabilização de Homens Autores de Violência, construído conjuntamente pelos programas Central de Acompanhamento de Alternativas Penais (CEAPA) e Programa Mediação de Conflitos (PMC) tem se desenvolvido de forma satisfatória considerando os desafios da construção de novas formas de atuação e necessária reinvenção do trabalho. Vale ressaltar, de antemão, que os indicadores levam em consideração a implantação de 03 Unidades de Prevenção à Criminalidade e, no período supracitado, apenas Curvelo está implantada, sendo ainda uma implantação recente, cuja inauguração ocorreu no dia 28 de junho/2022.

A Unidade de Barbacena, segundo município onde será implantado o projeto, se encontra em fase de estruturação com previsão de entrega para o dia 21 de outubro de 2022. A gestora social que atuará no município iniciou suas atividades no dia 3 de outubro de 2022. No que toca a equipe técnica, apenas uma pessoa que aguardava a convocação no banco de classificados aceitou a vaga, portanto a OS abriu um novo edital de seleção para o cargo de analista, nº 365/2022, disponível em: <http://www.institutoelo.org.br/site/files/arquivos/580099546a37e3bd9d62af09f1c37373.pdf>.

A entrevista está marcada para o dia 20 de outubro de 2022, com a previsão de início para o dia 3 de novembro de 2022. O cronograma de capacitação está estruturado e irá ser executado no período entre o dia 7 a 11 de novembro de 2022.



Foto: UPC Barbacena

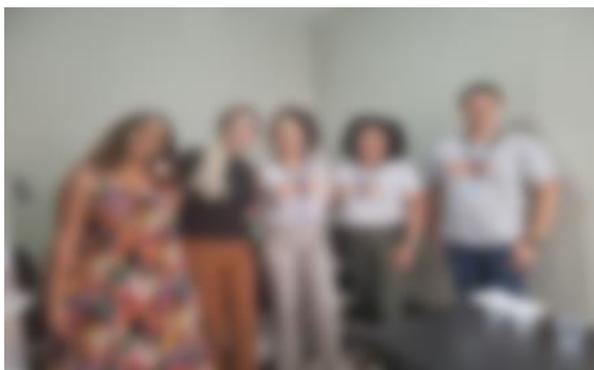


Foto: UPC Barbacena

De acordo com o plano de trabalho do Projeto, resta ainda a implantação no município de Pouso Alegre. Nesse caso, o espaço escolhido se encontra em processo para contratação da locação do imóvel em curso nesta SUPEC. Diante do exposto, observa-se que apenas o município de Curvelo está em funcionamento e responde pelos indicadores de todo o Projeto, o que justifica o não alcance das metas gerais pactuadas no período avaliado.

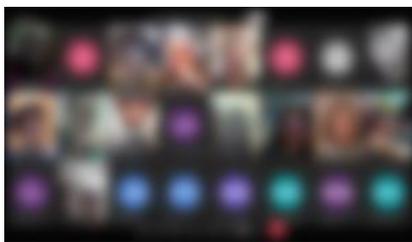
É importante destacar o diálogo horizontal entre a Coordenação responsável e diretorias dos dois programas, bem como os profissionais do Instituto Elo envolvidos, com reuniões periódicas sendo realizadas no formato presencial e ou/ virtual para alinhamentos e construção de estratégias conjuntas. No período em destaque, a SUPEC esteve presente no município de Curvelo (14 de setembro de 2023) para escuta, análise e novos direcionamentos sobre o trabalho, fortalecendo uma construção conjunta para qualificar os resultados.

Em relação ao PMC, no trimestre, foram fornecidas à equipe técnica diretrizes metodológicas (via DPM/ Supec/ SEJUSP) que contemplaram a atuação em nível de comarca, porém sem perder a característica territorial essencial para o alcance de mulheres que sofrem violência e que, por não acessarem seus direitos, permanecem em dados subnotificados. Nos meses de julho, agosto e setembro a equipe do PMC construiu um diagnóstico local que objetivou mapear as áreas com maior presença de violações e violências contra as mulheres, trazendo, via equipe técnica, análises das entrevistas realizadas com instituições e referências comunitárias, bem como percepções territoriais.

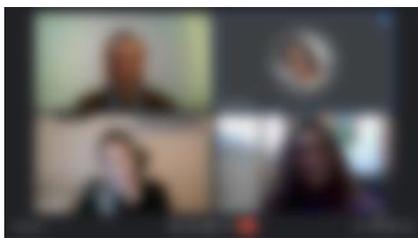


Equipe Curvelo e DPM - 14/09/2022 - Apresentação Diagnóstico

A construção do projeto também perpassa o fortalecimento da pauta em nível institucional. Por isso, a DPM tem ocupado lugares estratégicos referentes à discussão da violência contra as mulheres, como o Conselho Estadual da Mulher, a Rede de Enfrentamento à Violência Contra Meninas e Mulheres de Minas Gerais, o Comitê Gestor da Rede de Enfrentamento à Violência Contra Meninas e Mulheres da Região Metropolitana de Belo Horizonte, e o Grupo de Trabalho Enfrentamento à Violência Contra Mulheres da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (SEDESE).

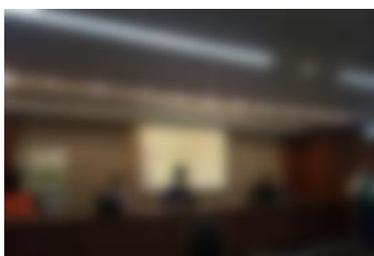


Reunião Rede MG- 03/08/2022

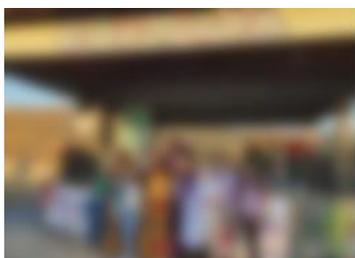


Reunião Comitê Gestor Rede RMBH- 20/07/2022

A temática também é fortalecida com a participação da DPM em ações estratégicas, como o evento ofertado pela Defensoria Pública de Minas Gerais (25 de Julho de 2022), com o tema: “Pensar, cuidar e agir: O contexto da saúde e das violências contra as mulheres pretas” e na ação da Rede MG referente ao Agosto Lilás.



Evento Defensoria Pública- 25/07/2022



Evento Rede MG - 13/08/2022

No que toca o **indicador 6.1**, cabe retomar que a primeira reunião para pactuação do fluxo de encaminhamento das pessoas em cumprimento de determinação judicial para inclusão nas ações de responsabilização para homens autores de violências contra a mulher ocorreu no dia 4 de julho de 2022. Conforme sinalizado no relatório anterior, ficou pactuado que todos os pedidos de Medida Protetiva de Urgência aportados pelo Poder Judiciário a partir do dia 11 de julho de 2022 seriam encaminhados para atendimento pela equipe do Projeto no âmbito do Programa Ceapa.

No entanto, o que se observou foi um número de casos encaminhados para o Programa nos meses subsequentes ainda bem inferior àqueles esperados para o período avaliado, o que comprometeu, consideravelmente, o desempenho do indicador.

Dito isso, de forma alinhada a solicitação pleiteada pela OS, a DAL avalia ser prudente desconsiderar a contabilização dos indicadores 6.1, no entanto, destaca a importância em avaliar de forma contínua a execução da porta de entrada do Programa e visitar o fluxo pactuado, tomando essa frente como ação permanente da gestão social em todos os municípios de implantação, de forma a impulsionar o número de novas inscrições.

Ainda no que toca a execução deste indicador, cabe destacar a atipicidade do desenho metodológico proposto para o município de Curvelo. A fim de responder de forma tempestiva a necessidade de intervir no fenômeno da violência o Programa remodelou seu formato de execução grupal que agora se dá no formato aberto. Ou seja, todos os homens inscritos poderão ser encaminhados para o grupo de responsabilização, mediante perfil e disponibilidade, de forma imediata, independente da fase de execução dos encontros.

No que se refere ao **indicador 6.2**, no período avaliatório, os resultados do trabalho desenvolvido foram avaliados como satisfatórios, uma vez que possibilitou o alcance, mesmo com um início recente dos trabalhos, a territórios e instituições estratégicas, produzindo atendimentos individuais e coletivos. Vale destacar que, nos meses apresentados, a equipe foi direcionada a realizar um diagnóstico local para construir futuras intervenções de forma assertiva, dedicando-se prioritariamente às entrevistas e identificação de fatores de risco e proteção no município de Curvelo, no tocante à temática da violência contra a mulher e atendendo os casos individuais em regime de plantão.

Em relação ao diagnóstico, além de uma leitura qualificada que resultará em um planejamento assertivo para os próximos meses, a divulgação do trabalho também foi considerada um ponto positivo, pois promoveu tanto à gestão social, quanto à equipe, maior conhecimento dos equipamentos e moradores. Neste período, foram construídas duas intervenções relativas ao Agosto Lilás, sendo uma em Escola Estadual (alcançando 81 adolescentes) e outra junto ao grupo de idosos do Cras Bom Jesus (alcançando 29 idosos). Ambos os projetos tiveram como premissa o trabalho via acesso a direitos, utilizando de estratégias criativas para abordar a temática da violência contra a mulher de acordo com o público-alvo.

É visível pelos resultados do indicador 6.2 que o trabalho vem se desenvolvendo de forma crescente no tocante ao número de atendimento e espera-se que as intervenções já realizadas sejam cada vez mais potencializadas ao longo da execução do projeto.



Agosto Lilás CRAS- 18/08/2022



Agosto Lilás Escola Estadual Alcides Lins- 29/08/2022

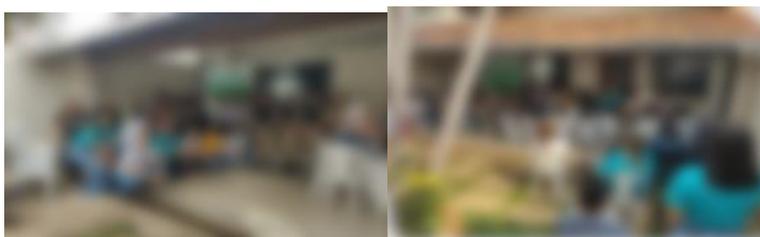
Ainda no indicador 6.2, destaca-se, para o eixo de atuação da CEAPA, os mesmos elementos de análises apresentados no indicador 6.1. A fragilidade na porta de entrada e no fluxo de encaminhamento para o programa acarretou o baixo número de casos inscritos para acompanhamento, o que comprometeu substancialmente o desempenho do indicador no período avaliatório.

Ademais, reitera-se que o município de Curvelo, por ser a única unidade implantada pelo Projeto até o encerramento do período em tela, responde pela meta integral pactuada no Plano de Trabalho. Sendo assim, de forma alinhada a solicitação pleiteada pela OS, avalia-se pela pertinência em desconsiderar o indicador.

Por fim, sugere-se a retificação dos dados de atendimento apresentados no âmbito do Programa Ceapa, foram levantados 33 atendimentos incluindo as inscrições, atendimentos individuais de acompanhamento e atendimentos grupais.

Acerca do **indicador 6.3**, as articulações de rede são premissas para o desenvolvimento do trabalho, uma vez que Curvelo não possui uma rede estabelecida de enfrentamento à violência contra a mulher, e que o acesso a direitos está intrinsecamente relacionado à proteção da mulher em situação de vulnerabilidade e violências. Assim, as equipes e gestão social têm se debruçado na construção de fluxos, fomento a espaços de diálogos sobre a temática e discussão de casos.

Além da já citada proximidade entre PMC e instituições que participaram do diagnóstico local produzido pela equipe, no dia 23 de setembro de 2022, a gestão social e as equipes desenvolveram o primeiro encontro da Rede de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher na cidade de Curvelo, um marco no município que, até o momento, não possuía espaços institucionalizados como este. Tal encontro foi puxado pela gestora social da Unidade de Prevenção à Criminalidade e contou com diversos atores que integram a rede de proteção de Curvelo. Neste espaço a equipe do PMC apresentou o resultado do diagnóstico realizado ao longo desses três meses, e em conjunto com os demais atores pensaram em intervenções estratégicas frente aos apontamentos colocados no diagnóstico.



Encontro da Rede de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher- 29/09/2022

Da perspectiva do eixo de atuação da Ceapa, no indicador 6.3, foram destacadas as mesmas justificativas apresentadas nas análises anteriores. A meta não foi atingida, no entanto reitera-se que o indicador é referente a execução do Projeto nos três municípios contemplados, no entanto, até fechamento do período avaliado, apenas Curvelo responde pelo desempenho dos resultados.

Embora as justificativas apresentadas respaldem o resultado insatisfatório dos dados, insta destacar a importância dessa frente, principalmente por se tratar de uma unidade de implantação. A DAL aponta para a fragilidade na articulação com o Sistema de Justiça Criminal, evidenciada pelo número baixo de visitas a órgãos do Ministério Público, Poder Judiciário, Defensoria Pública, Secretarias Municipais e outras entidades correlatas para discussão sobre fluxos de alternativas penais. Das 100 ações registradas no trimestre avaliado, no âmbito do Projeto, apenas 4 estavam relacionadas a essa frente de trabalho.

Nota-se o baixo investimento nessa frente e seu impacto negativo na implantação e consolidação do Projeto, tendo em vista a necessidade de apresentar e divulgar o serviço e, sobretudo, fortalecer a parceria do Projeto com os órgãos do Sistema de Justiça Criminal.

Área Temática 7: Programa Selo Prevenção Minas

Indicador 7.1 Número acumulado de ações de articulação de rede do Programa Selo Prevenção Minas		
Meta	Resultado	Desempenho
900	896	99,55%

A Coordenação Estadual do Programa Selo Prevenção Minas destacou que as análises apontadas no RGR apresentaram elementos pertinentes à realidade de trabalho no período em questão, tendo atraído a atenção positivamente a qualificação e organização das informações sobre o programa especialmente neste PA. Além disso, pontua que foi o primeiro período avaliatório do ano em que o Programa cumpriu a meta estabelecida para o trimestre, apesar de ainda estar um pouco abaixo da meta geral para o ano, considerando os outros períodos avaliatórios e a meta geral acumulada para o ano. O alcance da meta no período avaliatório é um marco para o programa e isso se deve, dentre outros fatores, a um esforço de trabalho conjunto entre a SUPEC/ Coordenação Estadual do Programa e o Instituto ELO por meio do Setor de Monitoramento, Supervisão Metodológica, Supervisão Geral, Gestão Social, equipe técnica e equipe de apoio da UPC de Patos de Minas/Risp 10.

A Coordenação traz ainda informações de maneira a complementar o que foi descrito no RGR. Em relação à execução do Programa na RISP 10 - Patos de Minas, nota-se, como afirmado no RGR, que “nesse período avaliatório foram realizadas 391 ações de articulações de rede do Programa Selo Prevenção Minas, tendo sido superado em 8,61% a meta estabelecida (360 articulações)” (RGR, p. 61). Destacam-se, portanto, as seguintes ações:

- Entrega, por parte da "equipe de ponta" e da supervisão metodológica, do “PLANO DE AÇÃO DO PROGRAMA SELO PREVENÇÃO MINAS - Região Integrada de Segurança Pública 10 – MG”. O Plano ficou excelente e espera-se que seja um norteador do trabalho da equipe.
- Início da demanda da consultoria em Patos de Minas - projeto em parceria com a saúde – Núcleos Intersetoriais de Prevenção da Violência e Promoção da Paz (NEPAZ), abrindo novas possibilidades de trabalho para a equipe. Foram feitas reuniões iniciais de recepção de demanda e, diante do cenário, realizada uma capacitação para os NEPAZs dos municípios de Carmo Paranaíba, Lagamar, Patos de Minas, Rio Paranaíba, São Gonçalo do Abaeté, São Gotardo, Tiros e Varjão de Minas, contando com 37 representantes dos núcleos da saúde.



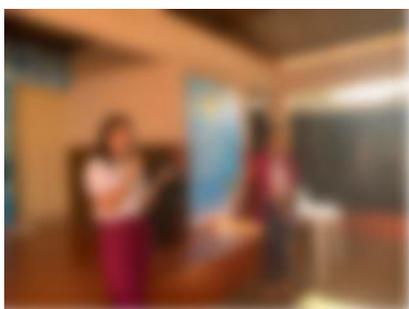
Capacitação presencial em Patos de Minas para os representantes do NEPAZ - 27/09/2022

- Primeira capacitação realizada para outro município da RISP que não fosse a sede da RISP (Patos de Minas): São Gonçalo do Abaeté. Essa capacitação ocorreu no dia 28/07/2022 e contou com a presença de 40 pessoas, sendo o início da capilarização do Programa na RISP.



Capacitação presencial para o município de São Gonçalo do Abaeté - 28/07/2022

- Além dessa primeira, mais 5 capacitações foram realizadas pela equipe de ponta para outros municípios da RISP (Carmo do Paranaíba, São Gonçalo do Abaeté, Tiros, Varjão de Minas e Lagoa Formosa).



Capacitação presencial para o município de Tiros 13/09



Capacitação presencial - Carmo do Paranaíba 25/08

- Visita da Coordenadora Estadual e da Subsecretária Interina ao município de Patrocínio para o início das tratativas para a implantação do eixo Certifica do programa.
- Contratação de analista em agosto, recompondo a equipe técnica, e da estagiária em setembro.
- Primeiras ações de mobilização da sociedade civil realizadas pelo Programa na RISP: execução de dois pré-fóruns em parceria com a rede no município de Patos de Minas, contando com a presença de 55 pessoas no total (25 no primeiro e 30 no segundo), com vistas a mobilizar a sociedade para o fórum municipal que acontecerá em dezembro.



1º Pré-fórum realizado no bairro Jardim Quebec - 15/09/22 2º Pré-fórum realizado no território do CRAS I - 29/09/22

Ainda que tenha avançado em inúmeros aspectos, nota-se uma necessidade de construção e execução de ações diversificadas, no que tange aos eixos e às possibilidades do Programa. Tal questão é levantada pois 73,65% dos resultados alcançados neste trimestre em relação ao indicador do Programa referem-se ao “número de participantes das organizações em capacitações promovidas pelo Programa”, o que não constituiu um problema dado o momento atual do Selo na RISP, bem como a qualidade do desenvolvimento das ações. No entanto, um Programa que se propõe a intervir em fenômenos tão complexos como o das violências e da criminalidade, precisa cada vez mais diversificar ações e estratégias, dado o conhecimento acumulado por toda Política Estadual de Prevenção Social à Criminalidade, bem como a área de atuação do Selo na RISP, composta por 23 municípios com características próprias.

Foram também indicados desafios para o trabalho da UPC Risp 10 durante esse período, sendo citada a baixa tempestividade na contratação de estagiário do programa e um distanciamento da figura da supervisão da gestão nos processos de trabalho, ainda que tal aspecto tenha melhorado em relação ao último período avaliatório. Destaca-se o esforço da coordenação e da supervisão metodológica para minimizar tais impactos, sobretudo, pelas reuniões de acompanhamento do trabalho e as capacitações mensais. Foi também destacado o trabalho que vem sendo executado pela supervisão metodológica, que acompanha muito de perto a execução, contribuindo de forma determinante para os trabalhos.

Durante os próximos meses, os esforços se darão em prol da tentativa de diversificar a natureza das ações ofertadas e implementadas pelo Programa, bem como a capilarização ainda maior nos municípios da RISP, considerando o Plano de Ação entregue sob a luz da metodologia, que prevê a execução dos 03 eixos – Certifica, em Curso e Consultoria, contemplando todos os 23 municípios da Risp 10.

Área Temática 8: Desenvolvimento e Capacitação dos Profissionais da Política de Prevenção Social à Criminalidade

Indicador 8.1 Número de participações em capacitações e supervisões para desenvolvimento e aprimoramento dos profissionais que atuam na Política de Prevenção à Criminalidade		
Meta	Resultado	Desempenho
3.600	5.163	143,42%

Indicador 8.2 Tempo médio de dias para recomposição de vagas em aberto		
Meta	Resultado	Desempenho
15	9,5	157,89%

Seguem abaixo algumas considerações das atividades desenvolvidas neste período avaliatório por programa:

- PROGRAMA MEDIAÇÃO DE CONFLITOS

A DPM considerou-se contemplada com o que foi pontuado pela OS acerca das capacitações, destacando, ainda, que foi necessária a revisão no formato, já executado pelo PMC, de espaços mensais com temáticas relacionadas à prática e temas transversais. No período mencionado, considerando o volume de atividades a serem organizadas e desenvolvidas pelas equipes técnicas frente aos Projetos em execução, priorizou-se os espaços que contribuíssem duplamente: tanto para a formação e capacitação das equipes quanto para a preparação para a execução das atividades junto ao público.

Reforça-se também a importância da proposição, também da OS, de espaços de qualificação da atuação das equipes técnicas, tal como a Capacitação sobre os procedimentos administrativos das oficinas do ComAgente, estando a DPM sempre disponível para essas construções.

- PROGRAMA FICA VIVO!

A DPJ, em conjunto com a Supervisão Metodológica, tem se dedicado a identificar novos espaços que permitam a realização dos Encontros de Formação em formato híbrido, com a participação virtual das equipes do interior e presencial das equipes de BH e Região Metropolitana. Visando proporcionar experiências significativas, diferentes recursos e estímulos vêm sendo utilizados a fim de favorecer a participação e a assimilação das temáticas, o que parece ter refletido no acumulado de participantes no período. Importante ressaltar que no período ocorreram também formações conjuntas entre Fica Vivo e Se Liga, fortalecendo a pauta das juventudes e delineando possibilidades de conexão entre os programas.

Cabe mencionar, ainda, que no período ocorreram, em formato virtual, Capacitações Introdutórias para apresentação da metodologia aos analistas e estagiários recém-contratados pela OS, realizadas pelo trio de gerentes do programa.

- PRESP

Foi apresentado pela OS o quadro (p.65), em que é citada a realização de 38 encontros realizados pelo PrEsp para fins do indicador de capacitações dos profissionais da Política de Prevenção à Criminalidade. Ocorre, contudo, que a OS discorreu apenas sobre 01 (um) desses momentos, tal qual ocorreu no período avaliatório anterior. Sugere-se a apresentação mais detalhada sobre estes espaços oportunizados pelo Programa para melhor monitoramento destas ações.

- PROGRAMA CEAPA

No que toca a execução desse indicador, de forma complementar aos resultados apresentados pela OS, cabe acrescentar os encontros formativos e de capacitação promovidos pela DAL:

Tema: Capacitação introdutória para novos analistas sociais - Indicadores e instrumentais do Programa Ceapa.

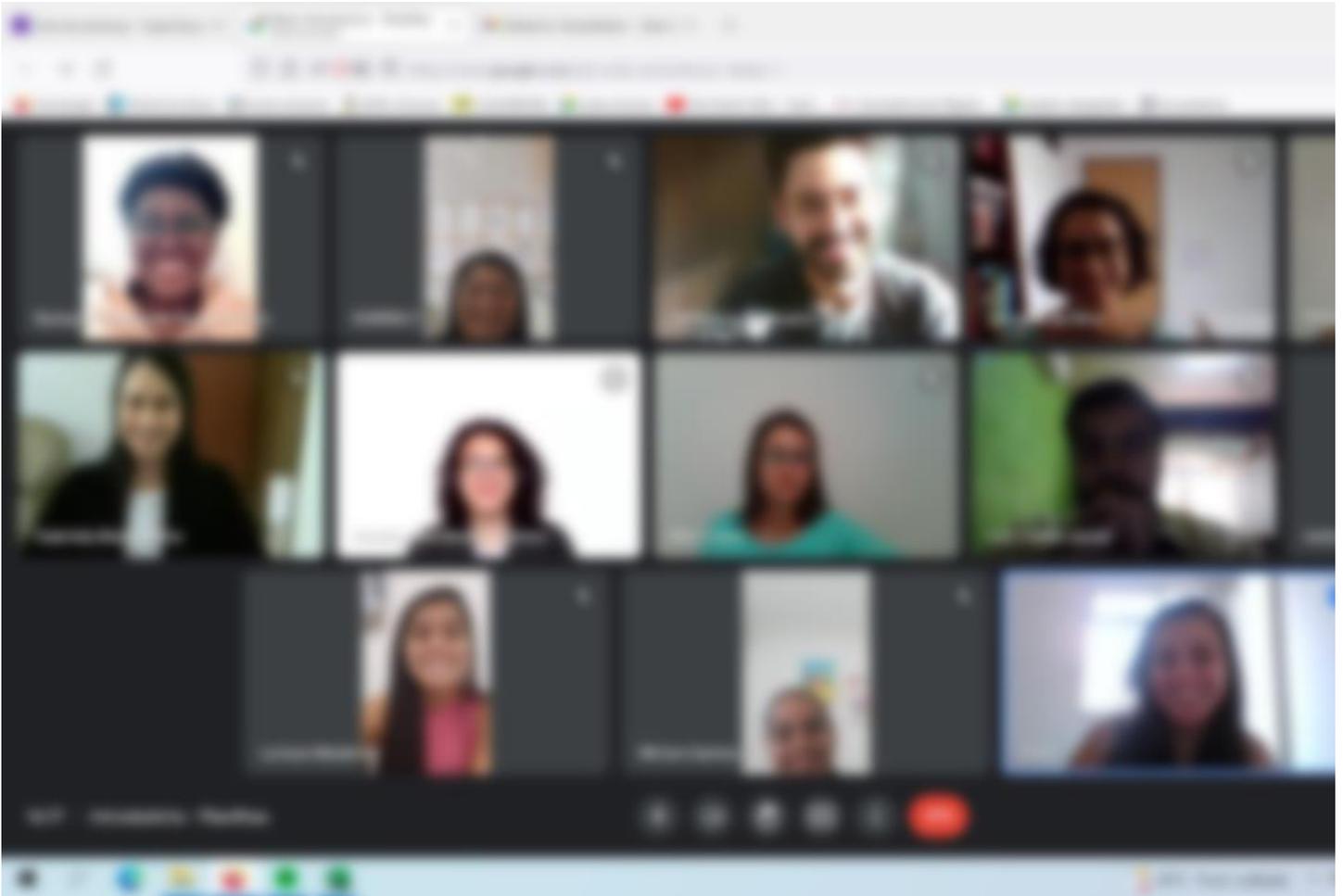
Datas: 05, 08, 13, 19 e 22 de julho de 2022.

09 de agosto de 2022

26 e 28 de setembro de 2022.

Parte do conteúdo programático das capacitações introdutórias são conduzidas pela Diretoria de Alternativas Penais com a finalidade de apresentar a Política de Prevenção à Criminalidade executada no Estado de Minas Gerais. Neste momento são trabalhados os métodos de avaliação do Programa, instrumentais utilizados e sua transversalidade com a leitura de metas e indicadores da Ceapa.

Participaram dessa capacitação analistas contratados para atuar nas unidades dos municípios de Araguari, Betim, Contagem, Governador Valadares, Ibirité, Juiz de Fora, Montes Claros, Sete Lagoas, Uberlândia e Vespasiano.

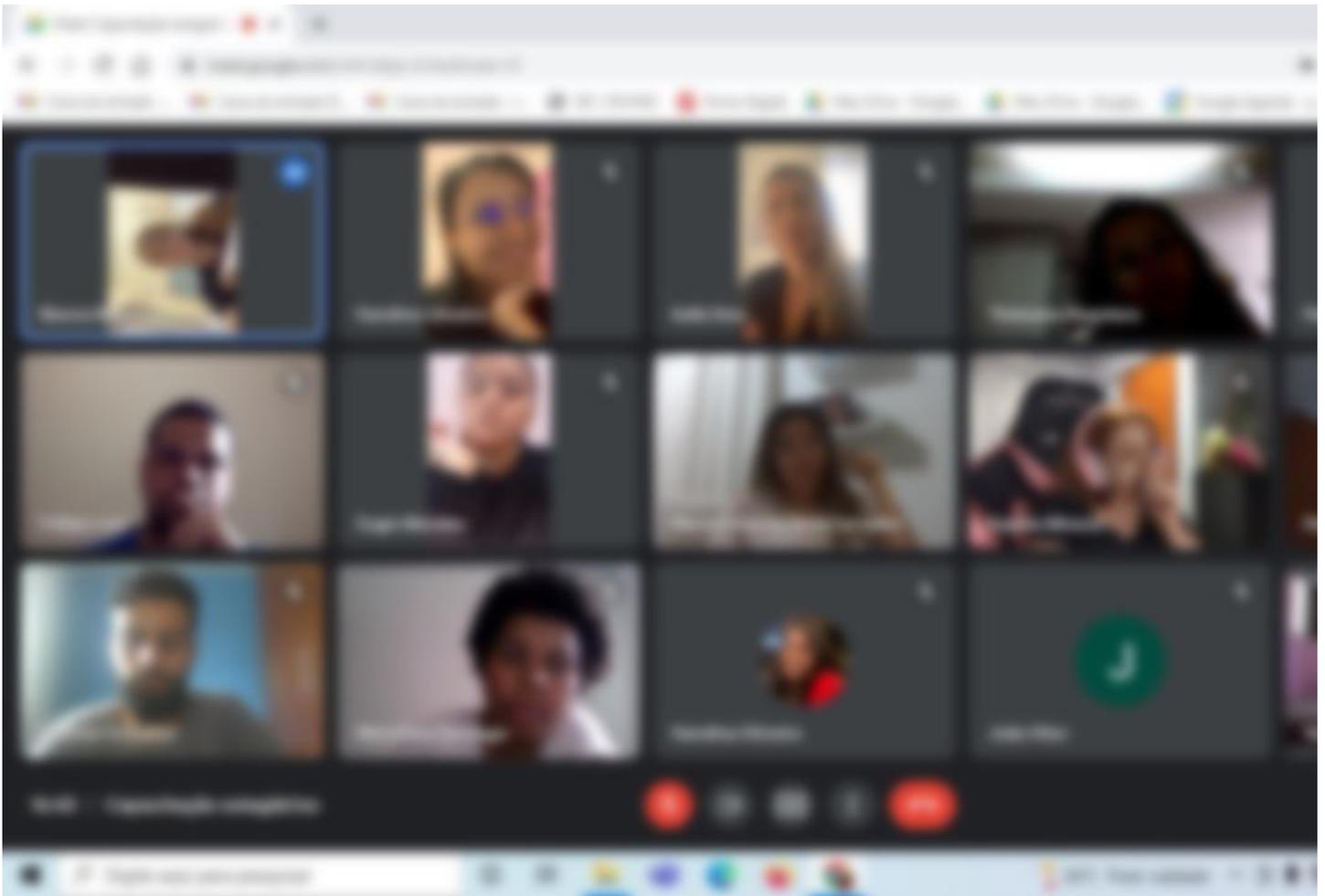


Tema: Capacitação introdutória para novos estagiários

Datas: 20/09/2022 (Videoconferência)

Parte do conteúdo programático das capacitações introdutórias são conduzidas pela Diretoria de Alternativas Penais com a finalidade de apresentar a Política de Prevenção à Criminalidade executada no Estado de Minas Gerais. Neste momento são trabalhados os métodos de avaliação do Programa, instrumentais utilizados e sua transversalidade com a leitura de metas e indicadores da Ceapa.

Participaram dessa capacitação estagiários contratados para atuar nas unidades dos municípios de Belo Horizonte, Contagem, Divinópolis, Governador Valadares, Ibirité, Ipatinga, Juiz de Fora, Montes Claros, Ribeirão das Neves, Santa Luzia, Sete Lagoas, Uberaba e Uberlândia.



Por fim, no que toca a apresentação dos dados de execução dos encontros formativos e capacitações das equipes técnicas, reitera-se a sugestão para que a OS detalhe o critério para a contabilização dessas ações, incluindo que ações das supervisões entraram no cômputo. Dos 45 que constam no quadro apresentado, a DAL verifica a realização de 9 encontros formativos e de capacitação de equipe – sendo 6 voltados para a capacitação introdutória de novos analistas em formato virtual, e 3 encontros de capacitação conjunta para consolidação da metodologia do Programa. Nesse sentido, importante compreender de que forma aconteceram os demais.

Destaca-se ainda a participação da DAL/SUPEC na condução da capacitação organizada pelo Programa Selo Prevenção Minas realizada no dia 31/8/2022 com o tema Ações de responsabilização para homens autores de violência contra a mulher: conceitos e perspectivas de atuação.

- PROGRAMA DE PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA MULHER

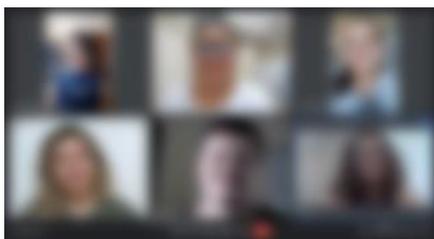
As capacitações neste período avaliatório tiveram como objetivo finalizar as apresentações com as equipes sobre a metodologia do PMC, além da orientação para a construção do diagnóstico. É importante ressaltar que a DPM acompanhou de perto o desenvolvimento do diagnóstico, agendando encontros com a equipe para compreensão das entrevistas e em diálogo constante por meio de aplicativo de mensagem, além de auxiliar na capilarização dos dados lançados dentro de uma planilha desenvolvida pela diretoria.

Ao longo do período avaliatório aconteceram 11 encontros com a equipe para discussões de casos, acompanhamento do diagnóstico e apresentação para o desenvolvimento do plano de trabalho trimestral, além de 5 reuniões com a gestão social para alinhamento do trabalho e 6 reuniões com a supervisão da gestão com discussões dos entraves encontrados ao longo do período avaliatório, e como DPM e supervisão de gestão poderiam atuar frente às situações apresentadas.

01/07/2022- Capacitação sobre diagnóstico

Apresentação do objetivo do diagnóstico, instrumentos a serem utilizados nas entrevistas e apresentação de tabelas para compilar tais dados.

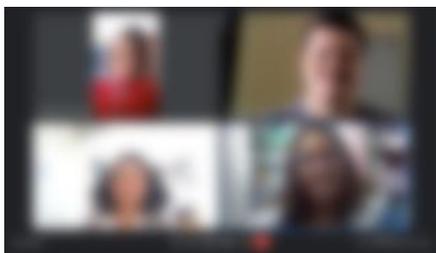
Quantidade de participantes: 6.



05/07/2022- Capacitação sobre instrumentos

Apresentação dos instrumentos a serem utilizados ao longo do trabalho, nas diversas modalidades de atendimentos. Bem como, instrumentos para codificar ações voltadas à rede de proteção social.

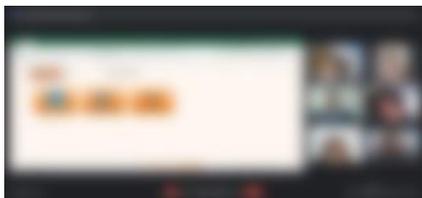
Quantidade de participantes: 4.



29/07/2022- Capacitação sobre relatórios AGI.

Apresentação dos relatórios qualitativos e quantitativos pela AGI.

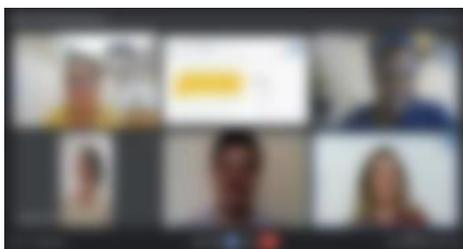
Quantidade de participantes: 6.



25/08/2022- Diagnóstico

Acompanhamento da escrita do diagnóstico, pontos importantes para destacar e utilização dos gráficos confeccionados pela DPM.

Quantidade de participantes: 5.



25/08/2022- Plano de trabalho

Apresentação do instrumento para escrita do Plano de trabalho Trimestral

Quantidade de participantes: 5.



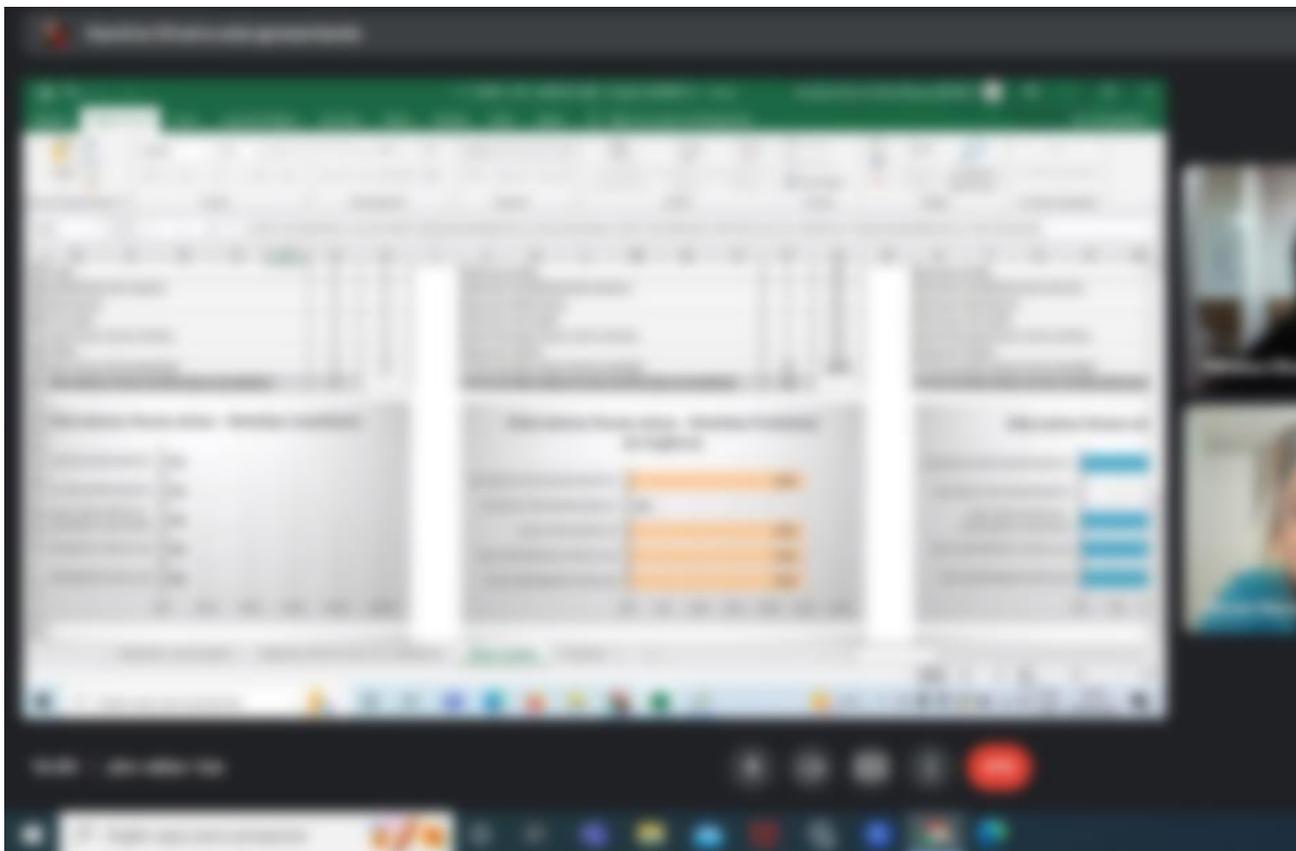
De forma complementar, cabe acrescentar os encontros formativos e de capacitação promovidos pela DAL no âmbito do Projeto de prevenção e enfrentamento à violência contra mulheres e responsabilização de homens autores de violência.

Tema: Capacitação introdutória para novos analistas sociais - Indicadores e instrumentais do Programa Ceapa.

Datas: 24 de agosto de 2022.

A reunião objetivou promover um espaço de apresentação dos métodos de avaliação do Programa, instrumentais e planilhas utilizados e sua transversalidade com a leitura de metas e indicadores do Programa Ceapa.

Participaram dessa capacitação analistas contratados para atuar na Unidade de Prevenção à Criminalidade do município de Curvelo.



Área Temática 9: Relatórios das Ações dos Programas de Prevenção à Criminalidade

Indicador 9.1 Número de Relatórios Analíticos das UPCs de Base Local		
Meta	Resultado	Desempenho
56	62	110,71%

Indicador 9.2 Número de relatórios de gestão dos Programas		
Meta	Resultado	Desempenho
9	9	100%

No que se refere ao Fica Vivo!, os relatórios previstos foram entregues de modo satisfatório pela OS. Neste período de referência, intensificou-se o acompanhamento para a ampliação das implantações de oficinas até o alcance do teto previsto para cada UPC. O comprometimento de diversos atores para a superação dos desafios é notável. Contribuições valiosas para a melhoria dos processos de trabalho e fluxos de comunicação são prenúncio de incremento na qualidade de execução desta política.

No que se refere ao Se Liga, a FDPJ informa que durante o período foram elaborados os três relatórios estipulados. Informações acerca dos atendimentos podem ser encontradas no indicador 3.1.

Sobre os Relatórios Gerais do Programa Selo Prevenção Minas, a coordenação do programa destaca que o RGR não explicita uma análise sobre o indicador e que, embora tenha cumprido com a meta proposta, **permanece a necessidade de qualificação dos Relatórios**, conforme já apontado em outros relatórios de monitoramento. Novamente, reforça-se que a chegada da Supervisão Metodológica potencializa a qualificação do acompanhamento do trabalho técnico desenvolvido pelas equipes, representando um cenário favorável ao avanço das análises apresentadas. No que toca a supervisão da gestão, faz-se necessária uma maior aproximação desse profissional e das equipes técnicas do programa. Além disso, é identificada a possibilidade de melhoria no preenchimento do relatório mensal de ações do programa pela equipe de ponta, visto que são identificadas distorções entre o preenchimento e a prática da ação realizada, dificultando a análise da coordenação a partir dos dados trazidos. É importante que haja maior apropriação por parte da equipe quanto às categorias de preenchimento dos relatórios, bem como uma análise mais crítica desse gargalo, pela OS, no momento da elaboração do RGR.

Por fim, as demais diretorias da Supec consideraram as informações contidas no RGR suficientes para a análise dos resultados do período.

Área Temática 10: Gestão da Parceria

Indicador 10.1 Percentual de conformidade dos processos analisados na checagem amostral periódica		
Meta	Resultado	Desempenho
100%	100%	100%

A Checagem Amostral, prevista no Decreto Estadual nº 47.553/18, referente ao 14º período avaliatório, que compreende os meses de julho a setembro de 2022 foi realizada pela Comissão de Monitoramento na sede do Instituto Elo no dia 10/10/2022, sendo verificados no total 81 processos.

Não houve processos considerados inconformes, não sendo necessária a realização da checagem de efetividade, e o resultado alcançado foi de 100% de conformidade.

Cabe destacar a organização documental dos processos de compra e serviços diante do quantitativo de procedimentos que foram realizados pela entidade neste período.

Indicador 10.2 Efetividade do monitoramento do Contrato de Gestão		
Meta	Resultado	Desempenho
100%	-	-

O indicador 10.2 será discutido e avaliado, oportunamente, na reunião da Comissão de Avaliação. Por ora, informa-se que as fontes de comprovação foram enviadas à SEPLAG para cômputo do indicador.

3 – DETALHAMENTO DA REALIZAÇÃO DOS PRODUTOS

Área Temática	3 - Ações do Programa PrEsp
Produto	3.2 - Cursos de qualificação profissional para o público do PrEsp
Previsão de Término	set/22
Término Realizado	set/22
Status	Entregue.

Para o presente período avaliatório, foi prevista a entrega do produto **3.2 - Cursos de qualificação profissional para o público do PrEsp**.

Com a entrega do produto, foi possível oportunizar para o público egresso do sistema prisional e/ou seus familiares cursos de qualificação profissional visando a inserção destas pessoas no mercado de trabalho e/ou o acesso à renda.

Nesse sentido, foram executados os cursos de Salgadeira, Cabeleireiro, Mecânico de Bike, Pequenos Reparos Hidráulica e Elétrica, Montagem e Manutenção de Celular, Auxiliar de Cozinha e Pizzaiolo, nos municípios de Belo Horizonte, Betim, Contagem, Ipatinga, Juiz de Fora, Montes Claros, Governador Valadares, Ribeirão das Neves, Santa Luzia, Uberaba e Uberlândia.

A partir da realização dos cursos acima descritos, foi apresentado pela OS o relatório do produto, com suas fontes de comprovação. Os resultados alcançados foram evidenciados, bem como foi traçado perfil socioeconômico de todo o público participante.

A Diretoria de Atendimento ao Egresso do Sistema Prisional avaliou como positivo o Relatório de Execução elaborado pela OS, tendo sido realizada algumas sugestões para aprimoramento do material, bem como para aprimoramento da leitura do público alcançado por tal ação.

4 – DEMONSTRATIVOS FINANCEIROS

Recurso Estadual - Memória de Cálculo "A"

Contrato de Gestão nº. 002/2019 celebrado entre a Secretaria de Justiça e Segurança Pública do Estado de Minas Gerais - SEJUSP e o Instituto Elio				
15º Relatório Gerencial Financeiro				
Tabela 3 - Demonstrativo dos Gastos das Atividades do Contrato de Gestão				
Nº	Atividades do Contrato de Gestão - Vinculação ao Programa de Trabalho	Previsto	Realizado	Realizado (/) Previsto
1	Área Meio - Atividades e Gastos	842.850,55	384.590,34	45,63%
2	Oficinas do Programa Fica Vivo!	4.810.300,00	1.896.702,90	39,43%
3	Capacitações da equipe contratada	47.480,00	88,80	0,19%
4	Deslocamento da equipe contratada	35.640,00	12.110,49	33,98%
5	Acompanhamento in loco da Supervisão no interior	124.400,00	20.005,91	16,08%
6	Projetos de Prevenção à Criminalidade	40.000,00	35.856,80	89,64%
7	Olimpíadas do Programa Fica Vivo!	-	-	-
8	Ações do Programa Selo Prevenção Minas	56.400,00	1.084,90	1,92%
9	Ações do Programa Se Liga	156.000,00	3.284,00	2,11%
10	Emenda: Fóruns Multiterritoriais	200.000,00	-	-
11	Oficinas do Programa Mediação de Conflitos	247.200,00	129.367,99	52,33%
12	Emenda: Formação e Capacitação de Referências Comunitárias para Atuação Como Agentes de Segurança Cidadã	100.000,00	30.370,59	30,37%
13	Emenda: Capacitação de Oficineiros no Programa Fica Vivo	150.000,00	-	-
14	Emenda: Qualificação e empreendedorismo de adolescentes e jovens atendidos pelos programas da Política Estadual de Prevenção Social à Criminalidade	-	164.867,16	-
15	Emenda: Se Liga (Circuito Liberdade)	200.000,00	11.918,76	5,96%
16	Estruturação e Manutenção de UPCs	130.000,00	160.770,90	123,67%
17	Bem estar social	9.000,00	70,56	0,78%
18	Vales Sociais para os programas de prevenção	60.000,00	9.719,75	16,20%
19	Prevenção à saúde dos profissionais	33.000,00	14.549,50	44,09%
20	Manutenção, Adequação e Conservação das UPCs	216.000,00	22.124,27	10,24%
	Total	7.458.270,55	2.897.483,62	

Contrato de Gestão nº. 002/2019 celebrado entre a Secretaria de Justiça e Segurança Pública do Estado de Minas Gerais - SEJUSP e o Instituto Elo

15º Relatório Gerencial Financeiro

Tabela 1 - Resumo das Movimentações Financeiras no Período em Regime de Caixa

	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maior	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
	01/01/2022	01/02/2022	01/03/2022	01/04/2022	01/05/2022	01/06/2022	01/07/2022	01/08/2022	01/09/2022	01/10/2022	01/11/2022	01/12/2022
	R\$											
(1) Transporte de Saldo Acumulado Anterior	28.761,00	23.738,00	55.071,90	445.638,00	274.782,49	266.701,17	226.203,22	436.974,67	226.203,45	401.945,20	411.946,20	411.946,20
(2) Total de Entradas de Recursos	1.704,90	1.296,00	256.646,30	1.170,21	276.002,91	5.022,42	4.961,17	4.262,17	23.402,40	-	-	-
(3) Total de Saídas de Recursos	8.666,30	76.123,00	68.625,00	74.008,00	65.052,23	70.862,37	86.227,73	126.131,39	146.000,00	-	-	-
(4) Saldo Acumulado (7+8)	20.194,70	15.911,00	45.496,90	374.782,49	266.701,17	224.203,22	436.974,67	226.203,45	401.945,20	411.946,20	411.946,20	411.946,20
(A) Saldo de Recursos Arrecadados do CG	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(B) Provisão mantida - Pessoal	16.461,20	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(C) Recursos comprometidos	8.044,10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(D) Adiantamento de Recursos de Resposta Anterior	1.444,40	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(E) Saldo Rerendante (SA-PP-CAR)	63.661,21	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Composição Financeira do Saldo Acumulado (R\$)

	1ª RA	2ª RA	3ª RA	4ª RA
Saldo-Entrada OC no período	106,40	-	-	-
Saldo-Entrada OI no período	405.126,00	201.232,20	401.946,20	-
Saldo-Fundo Fixo no período	-	-	-	-
(S1) Saldo Financeiro no período	405.232,40	201.232,20	401.946,20	-
(C) CONFIDENCIAL (SA) - (S1) = 0,00	-	-	-	401.946,20

Movimentação Financeira e da Reserva de Recursos

Transporte de Saldo da Reserva de Recursos	1.661,40
Transferência para Reserva de Recursos	2.012,50
Restos a Pagar em Função do CG	1.704,90
Recursos	-
Saldo da Reserva de Recursos	3.000,30

Contrato de Gestão nº. 002/2019 celebrado entre a Secretaria de Justiça e Segurança Pública do Estado de Minas Gerais - SEJUSP e o Instituto Elo

15º Relatório Gerencial Financeiro

Índice 2 - Comparativo entre Receitas e Custos Previstos e Realizados no Período em Regime de Competência

		Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	TOTAL	Realizado (I) Previsto	Previsto (I) Realizado
1	Entrada de Recursos	01/07/2022	01/08/2022	01/09/2022	01/10/2022	01/11/2022			
		R\$	R\$	R\$	R\$	R\$			
		31/07/2022	31/08/2022	30/09/2022	31/10/2022	30/11/2022			
11	Receitas								
111	Receitas do Contrato de Gestão	274.345,00	-	-	-	-	994.541,79	100,00%	-
112	Receita Arrecada em Função do CG	-	-	-	-	-	9,80	-	0,80
114	Outras Receitas	-	-	-	-	-	-	-	-
21	Rendimentos de Aplicações R.L.	4.394,17	4.336,17	-	-	-	29.153,98	10,94%	(4.063,48)
(B) Total de Entradas:		279.340,12	4.336,17	-	-	-	937.795,55	100,44%	(4.073,28)
2	Saída de Recursos	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	TOTAL	Realizado (I) Previsto	Previsto (I) Realizado
		R\$	R\$	R\$	R\$	R\$			
21	Gastos com Pessoal								
211	Salários	51.262,75	51.262,75	51.262,75	-	-	153.788,25	89,72%	47.437,82
212	Bônus	3.200,00	3.200,00	-	-	-	6.400,00	0,00%	25.800,00
213	Bonificações	2.131,86	2.131,86	2.131,86	-	-	6.395,58	92,28%	9.524,92
214	Benefícios	5.374,05	5.374,05	5.374,05	-	-	16.122,15	100,00%	(48.520)
Subtotal (Pessoal):		64.068,66	64,068,66	64,068,66	-	-	136,276,98		
22	Gastos Gerais	300,00	300,00	300,00	-	-	900,00	100,00%	-
221	Adquisição de Bens	-	-	-	-	-	-	-	-
222	Remanescentes	-	-	-	-	-	-	-	-
223	Transferência para Reserva de Recursos	4.394,17	4.336,17	-	-	-	29.153,98	100,00%	-
(B) Total de Saídas:		68.462,83	68.664,83	64.662,66	-	-	137.796,46	88,83%	135.066,89

Recurso via FUNEMP - Memória de Cálculo "D"

Contrato de Gestão nº. 002/2019 celebrado entre a Secretaria de Justiça e Segurança Pública do Estado de Minas Gerais - SEJUSP e o Instituto Elo

15º Relatório Gerencial Financeiro

Tabela 3 - Demonstrativo dos Gastos das Atividades do Contrato de Gestão

Nº	Atividades do Contrato de Gestão - Vinculação ao Programa de Trabalho	Previsto	Realizado	Realizado (I) Previsto
1	Área Meio - Atividades e Gastos	96.680,00	608,90	0,63%
	Total	96.680,00	608,90	

Contrato de Gestão nº. 002/2019 celebrado entre a Secretaria de Justiça e Segurança Pública do Estado de Minas Gerais - SEJUSP e o Instituto Elo

15º Relatório Gerencial Financeiro

Tabela 1 - Resumo das Movimentações Financeiras no Período em Regime de Caixa

	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maior	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
	01/01/2022	01/02/2022	01/03/2022	01/04/2022	01/05/2022	01/06/2022	01/07/2022	01/08/2022	01/09/2022	01/10/2022	01/11/2022	01/12/2022
(1) Transporte de Saldo Acumulado Anterior	-	-	-	470.196,46	213.119,73	211.629,89	128.759,73	526.164,96	528.422,12	969.222,29	864.322,29	864.322,29
(2) Total de Entradas de Recursos	-	-	470.196,46	2.399,82	2.465,40	1.766,49	425.066,65	6.803,27	427.704,49	-	-	-
(3) Total de Saídas de Recursos	-	-	-	228.478,22	3.752,84	27.861,64	27.201,42	30.245,41	6.804,42	-	-	-
(4) Saldo Acumulado (7+5-6)	-	-	470.196,46	213.119,73	211.629,89	128.759,73	526.164,96	528.422,12	969.222,29	864.322,29	864.322,29	864.322,29
(5) Saldo de Recursos Arrecadados do CG	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(6) Provisão mantida - Pessoal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(7) Recursos comprometidos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(8) Adiantamento de Recursos de Resposta Anterior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(9) Saldo Remanescente (5A-6PP-CAR)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Composição Financeira do Saldo Acumulado (R\$)

	1ª RA	2ª RA	3ª RA	4ª RA
Saldo-Entrada OC no período	-	-	-	-
Saldo-Entrada OI no período	470.196,46	55.738,75	964.322,29	-
Saldo-Fundo Flui no período	-	-	-	-
(10) Saldo Financeiro no período	470.196,46	55.738,75	964.322,29	-
(11) CONFIDENCIAL (SA) - (SA) = 0,00	-	-	-	864.322,29

Movimentação Financeira e da Reserva de Recursos

Transporte de Saldo da Reserva de Recursos	-
Transferência para Reserva de Recursos	21.121,97
Movimentações Financeiras de Reserva de Recursos	591,52
Antes da Reserva de Recursos	190,42
Saldo da Reserva de Recursos	27.222,32

Contrato de Gestão nº. 002/2019 celebrado entre a Secretaria de Justiça e Segurança Pública do Estado de Minas Gerais - SEJUSP e o Instituto Elo

15º Relatório Gerencial Financeiro

Tabela 2 - Comparativo entre Receitas e Custos Previstos e Realizados no Período em Regime de Caixa

Previsto								
Entrada de Recursos	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	TOTAL	Realizado	Pre visto (-) Realizado
	01/07/2022	01/08/2022	01/09/2022	01/10/2022	01/11/2022		(A) Pre visto	(-) Realizado
11 Receitas								
11.1 Repasses do Contrato de Gestão	448.920,20	-	-	-	-	1.386.081,81	100,00%	-
11.2 Receita Arrecadada em Função do CG	-	-	-	-	-	-	-	(0,01)
11.4 Outras Receitas	-	-	-	-	-	-	-	(473,30)
2.1 Rendimentos de Aplicações Fin.	5.316,45	6.803,57	8.316,31	-	-	29.448,08	100,00%	-
(B) Total de Entradas:	464.236,65	8.803,67	8.332,61	-	-	1.394.609,89	100,03%	(473,31)
Saída de Recursos								
2.1 Gastos com Pessoal								
2.1.1 Salários	81.997,50	81.997,50	81.997,50	-	-	424.048,96	20,88%	335.502,47
2.1.2 Estagiários	-	-	-	-	-	-	-	-
2.1.3 Encargos	32.834,94	32.834,94	32.834,94	-	-	171.870,38	51,64%	83.022,32
2.1.4 Benefícios	27.627,63	27.627,63	27.627,63	-	-	140.671,43	18,58%	14.450,04
Subtotal (Pessoal):	142.460,07	142.460,07	142.460,07	-	-	738.290,78	27,81%	602.974,83
2.2 Gastos Gerais	6.580,00	6.580,00	7.580,00	-	-	72.640,00	32,79%	48.757,32
2.3 Aquisição de Bens Permanentes	-	-	-	-	-	408.791,00	76,69%	94.805,42
2.4 Reserva de Recursos	5.316,45	6.803,57	8.316,31	-	-	29.448,08	71,76%	8.316,31
(B) Total de Saídas:	154.766,62	158.243,84	158.366,88	-	-	1.046.059,84	44,99%	884.865,88
Realizado								
Entrada de Recursos	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	TOTAL	Realizado	Pre visto (-) Realizado
	01/07/2022	01/08/2022	01/09/2022	01/10/2022	01/11/2022		(A) Pre visto	(-) Realizado
	31/07/2022	31/08/2022	30/09/2022	31/10/2022	30/11/2022			
11 Receitas								
11.1 Repasses do Contrato de Gestão	448.920,20	-	-	-	-	1.386.081,81	100,00%	-
11.2 Receita Arrecadada em Função do CG	-	-	0,01	-	-	0,01	-	(0,01)
11.4 Outras Receitas	-	-	473,30	-	-	473,30	-	(473,30)
2.1 Rendimentos de Aplicações Fin.	5.316,45	6.803,57	8.316,31	-	-	29.448,08	100,00%	-
(B) Total de Entradas:	464.236,65	8.803,67	8.788,62	-	-	1.394.683,20	100,03%	(473,31)
Saída de Recursos								
2.1 Gastos com Pessoal								
2.1.1 Salários	23.737,53	23.768,42	24.949,98	-	-	88.648,48	20,88%	335.502,47
2.1.2 Estagiários	-	-	-	-	-	-	-	-
2.1.3 Encargos	9.614,35	21.627,74	21.627,71	-	-	88.848,08	51,64%	83.022,32
2.1.4 Benefícios	6.590,66	6.542,13	6.721,18	3.880,00	-	28.121,39	18,58%	14.450,04
Subtotal (Pessoal):	49.942,64	51.922,29	53.288,87	3.880,00	-	205.316,93	27,81%	602.974,83
2.2 Gastos Gerais	-	-	3.084,83	-	-	23.782,88	32,79%	48.757,32
2.3 Aquisição de Bens Permanentes	-	-	23.689,99	-	-	311.886,68	76,69%	94.805,42
2.4 Reserva de Recursos	5.316,45	6.803,57	-	-	-	21.131,77	71,76%	8.316,31
(B) Total de Saídas:	56.269,09	68.726,88	80.068,89	3.880,00	-	690.216,99	44,99%	884.865,88

4.1 – ANÁLISE DAS RECEITAS E DESPESAS DO PERÍODO

Os Relatórios Gerenciais Financeiros foram enviados pelo Instituto Elo por e-mail em 11/10/2022. Além disso, todos os extratos e demonstrativos das contas bancárias vinculadas ao Contrato de Gestão nº 02/2019 também foram analisados e apresentaram fidedignidade entre os gastos previstos nas Memórias de Cálculo do Contrato de Gestão nº 02/2019.

Do total de saídas realizadas no 15º período avaliatório foi executado 77,78% do previsto da Memória de Cálculo A (recurso estadual), 86,85% da Memória C (Programa PrEsp) e 44,99% da Memória de Cálculo D (FUNEMP).

5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, a Comissão de Monitoramento do Contrato de Gestão nº 02/2019 considera que cumpriu todas as suas atribuições de acompanhamento da execução do instrumento jurídico, bem como a verificação do cumprimento da legislação vigente, nos limites de suas competências preconizados pelo Decreto Estadual nº 47.553/2018 e Lei Estadual nº 23.081/2018. Ademais, informa também que vem qualificando cada vez mais suas práticas e procedimentos de monitoramento, contando sempre com o apoio de servidores técnicos da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública e funcionários do Instituto Elo.

DECLARAÇÃO DA COMISSÃO DE MONITORAMENTO DO CONTRATO DE GESTÃO

Declaramos ter realizado as rotinas de monitoramento e fiscalização do Contrato de Gestão nº002/2019, supervisionado as ações realizadas pelo Instituto Elo e realizado a conferência dos documentos pertinentes, no que coube ao presente período avaliatório, tais como: os dados apresentados no Relatório Gerencial de Resultados e Relatório Gerencial Financeiro; as fontes de comprovação dos indicadores e produtos; os saldos dos extratos bancários das contas vinculadas ao Contrato de Gestão; os processos de rescisões trabalhistas e suas homologações; documentos fiscais, trabalhistas e previdenciários; o valor do provisionamento trabalhista; a relação dos bens adquiridos pela OS no período; os valores comprometidos, conforme demonstração no Relatório Gerencial Financeiro; a observância dos regulamentos próprios que disciplinam os procedimentos que deverão ser adotados para a contratação de obras, serviços, pessoal, compras e alienações e de concessão de diárias e procedimentos de reembolso de despesas, conforme disposto na legislação e na metodologia de checagens amostrais periódicas; e a adequação das despesas ao objeto do Contrato de Gestão.

Diante das informações assim obtidas, ratificamos e atestamos a fidedignidade das informações contidas neste relatório.

Belo Horizonte, 20 de outubro de 2022.

Gleysiane Freire Diniz

Supervisora do Contrato de Gestão nº 002/2019

Luísa de Paulo Longuinho

Supervisora Adjunta do Contrato de Gestão nº 002/2019

Beatriz Barbosa Pena Camargo

Representante da Unidade Jurídica do OEP

Marcus da Silva Resende

Representante da Unidade Financeira do OEP

(representante encontrava-se em período de férias regulamentares no momento da assinatura do Relatório)

* Resultados retificados.

[1] Portaria Conjunta SEJUSP/TJMG/PCMG/MP/DPG Nº 1 DE 19/03/2020, aplica ao sistema socioeducativo as medidas necessárias para o contingenciamento da pandemia do Coronavírus no Estado de Minas Gerais.

[2] Resolução SEJUSP Nº 050 / 20 de março de 2020 - MG - Dispõe sobre as medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do COVID-19 no âmbito do Sistema Socioeducativo.

[3] Resolução SEJUSP nº 72 / 15 de fevereiro de 2022 - MG - Revoga a Resolução SEJUSP nº50 de 20 de março de 2020, e dá outras providências.

[4] Link da reportagem: <http://www.seguranca.mg.gov.br/component/gmg/story/4235-comitiva-do-mato-grosso-visita-iniciativas-do-socioeducativo-e-da-prevencao-em-minas>



Documento assinado eletronicamente por **Gleysiane Freire Diniz, Assessora Chefe**, em 20/10/2022, às 16:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luísa de Paulo Longuinho, Servidor(a) Público(a)**, em 20/10/2022, às 16:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Beatriz Barbosa Pena Camargo, Assessor(a)**, em 20/10/2022, às 16:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **54980315** e o código CRC **8E20418B**.